



**PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO NO
ESTADO DO MATO GROSSO –**

RELATÓRIO ESTADUAL DA FASE QUALITATIVA

Novembro 2010

Sumário

1	Apresentação	03
2	A realidade local	05
3	Conflitos Agrários e crimes contra o meio ambiente.	37
4	Violência contra a mulher, exploração sexual de crianças e adolescentes, prostituição, trabalho infantil e trabalho escravo	47
5	Crimes contra a vida, patrimônio e relacionados a drogas ilícitas.	62
6	Avaliação da Secretaria de Segurança Pública e das Polícias Civil, Militar e Federal	70
7	Conclusões	82

1 - Apresentação

O presente relatório refere-se à fase qualitativa da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização do Estado do Mato Grosso – 2010 no que tange à totalidade das regiões do Estado. A pesquisa foi realizada pelo DATAUFF da Universidade Federal Fluminense (UFF) e compreendeu em uma fase quantitativa e uma fase qualitativa, abordando todo o estado dividido em 12 (doze regiões). Para cada região foi elaborado um relatório quantitativo e um relatório qualitativo. Posteriormente, foi elaborada a versão estadual, com a junção de todas as regiões, qualitativa e quantitativa. Reitera-se, este documento, apresenta a totalidade dos resultados da fase qualitativa das doze regiões.

Este documento traz o resultado da realização de 161 entrevistas em profundidade e 32 grupos de discussão.

Quadro I – Distribuição das entrevistas em profundidade e dos grupos focais por região e município.

Região	Entrevistas em profundidade – Municípios	Grupos focais – Municípios	Total
Noroeste (Juína)	Aripuanã Castanheiras Colniza Cotriguaçu Juína	Juína Arapuanã Castanheiras	14 entrevistas 03 grupos
Norte (Alta Floresta)	Alta Floresta Colíder Peixoto Azevedo	Alta Floresta Colíder Peixoto Azevedo	10 entrevistas 03 grupos
Nordeste (Vila Rica)	Vila Rica Confresa Porto Alegre do Norte São Félix do Araguaia	Vila Rica Confresa São Félix do Araguaia	10 entrevistas 03 grupos
Leste (Barra Garça)	Água Boa Alto Garças Barra do Garças Canarana Torixoréu	Barra do Garças Água Boa	17 entrevistas 02 grupos
Sudeste (Rondonópolis)	Alto Araguaia Primavera do Leste Rondonópolis	Alto Araguaia Alto Taquari Rondonópolis	15 entrevistas 03 grupos
Sul (Cuiabá)	Cuiabá Poconé Várzea Grande	Várzea Grande	11 entrevistas 01 grupo
Sudoeste (Cáceres)	Cáceres Pontes Lacerda Porto Esperidião	Cáceres Porto Esperidião Pontes Lacerda	16 entrevistas 03 grupos

	São José dos Quatro Marcos Vila Bela da Santíssima Trindade		
Oeste (Tangará da Serra)	Campo Novo dos Parecis Nova Olímpia Tangará da Serra	Campo Novo dos Parecis Nova Olímpia Tangará da Serra	10 entrevistas 03 grupos
Centro Oeste (Diamantino)	Diamantino Nova Maringá São José do Rio Claro Alto Paraguai	São José do Rio Claro Diamantino Alto Paraguai	20 entrevistas 03 grupos
Centro (Sorriso)	Lucas do Rio Verde Nova Mutum Sorriso Tapurah	Sorriso Lucas do Rio Verde	15 entrevistas 02 grupos
Noroeste (Juara)	Porto dos Gaúchos Juara Tabaporã	Tabaporã Porto dos Gaúchos Juara	13 entrevistas 03 grupos
Centro Norte (Sinop)	Marcelândia Santa Carmem Sinop	Sinop Vera Marcelândia	11 entrevistas 03 grupos
Total			161 entrevistas 32 grupos

A pesquisa qualitativa tem sido cada vez mais utilizada em estudos de avaliação e de diagnósticos de políticas públicas. Sua principal meta é identificar os conhecimentos e as percepções dos atores entrevistados a respeito do tema em questão, neste caso, vitimização e qualidade de vida. Os atores em questão eram juizes, promotores e defensores públicos, comandantes de corporações, presidentes dos Conselhos de Segurança Pública e lideranças comunitárias. Ou seja, pessoas que estão imersas na realidade local e, particularmente, no que tange à segurança pública.

O objetivo da parte qualitativa pode ser assim resumido: A partir de atores envolvidos na realidade da segurança pública local, identificar a avaliação que fazem das políticas de segurança do estado e o reflexo das mesmas em sua região; a percepção que possuem da atuação das polícias Militar, Civil e Federal no dia-a-dia da localidade; o diagnóstico que fazem sobre os tipos de crimes mais recorrentes e que mais preocupam em seus municípios, assim como alguns pormenores dos mesmos como quem é a principal vítima, o principal causador e as armas utilizadas.

O presente relatório e todos os demais relatórios qualitativos – independente da região – possuem a mesma estrutura, constando dos itens: a) Realidade local; b) Conflitos agrários e crimes contra o meio ambiente; c)

Exploração sexual de crianças/adolescentes, violência contra a mulher e relações de trabalho; d) Crimes contra a vida, patrimônio e relacionados a drogas ilícitas; e) Segurança Pública no MT e desempenho das Polícias Militar, Civil e Federal.

2 - Realidade Local

A realidade da região **Sul - Cuiabá** é acentuadamente urbana, baseada predominantemente na economia industrial e de serviços, e com a presença marcante das periferias da capital do estado como pano de fundo para as principais situações de violência. A descrição da criminalidade em Cuiabá se aproxima então daquelas dos demais grandes centros do país.

Os principais crimes que preocupam muito a população são os roubos e assaltos nas ruas e residências, quase na totalidade dos casos com presença de armas de fogo. O furto já é menos recorrente, seu tempo já teria sido superado e este preocupa pouco, pois o que amedronta é a abordagem pelo assaltante com a arma. Os roubos assim descritos parecem como situações corriqueiras em Vargem Grande e em Cuiabá. Os criminosos seriam adolescentes e jovens com idade variando de 12 a 25 anos. O motivo seria a necessidade de conseguir dinheiro para o consumo (e a dívida) da droga.

O tráfico de drogas já se encontra estruturado nesta região. De acordo com os participantes, a droga vem da Bolívia e a região de Cuiabá pode ser vista como parte do corredor do tráfico. Dali os entorpecentes são distribuídos para vários estados do país. Os traficantes envolvidos com tal escoamento, com o tráfico de passagem, seriam um pouco mais velhos e mais abastados do que aqueles envolvidos com o tráfico da boca de fumo. Ademais, em muitos casos não seriam usuários.

As bocas de fumos também já se encontram em avançado estágio de “institucionalização” argumentam os participantes do grupo de discussão. Na rua de uma entrevistada, elas já seriam quatro, cada uma com o seu líder, com o seu espaço geográfico e ainda com a sua equipe. Quando se fala em bocas de fumo, há algumas regras que precisam ser respeitadas, embora não estejam escritas. Não é permitido roubar os moradores de sua própria boca de

fumo, é preciso lhes garantir segurança para que haja mais tranquilidade para a atividade do tráfico no local. Assim, usuários de droga e traficantes quando praticam assaltos saem de seu território original. E quando seu território é invadido, o traficante – por questão de honra – busca identificar o infrator e reaver o que foi levado.

Ou seja, território é algo sagrado nesta disputa. E homicídios ocorrem em decorrência de acertos de dívidas da droga e também de marcação de território entre traficantes de diferentes bocas de fumo e ainda entre gangues. As principais vítimas seja do tráfico ou das gangues são adolescentes e jovens da periferia.

*Eu moro em uma rua que tem quatro bocas de fumo, bem institucionalizadas.
(Grupo focal, Várzea Grande).*

Na região de **Centro Oeste - Diamantino**, predomina a percepção de que os municípios não oferecem oportunidades de trabalho e também de lazer para os moradores. Jovens ao concluírem o ensino fundamental e mais raramente o ensino médio não conseguem se inserir no mercado de trabalho local, dado o seu caráter muito restrito. Para os participantes do grupo focal de Diamantino, a principal explicação para a falta de oportunidades está relacionada com a concentração de terras e de recursos nas mãos de poucos proprietários rurais. O lucro advindo da agropecuária estaria excessivamente limitado às mãos de latifundiários. Acreditam que se a distribuição de terras fosse mais descentralizada, e conseqüentemente, o seu lucro, haveria mais distribuição de renda e de circulação de dinheiro na economia local, fortalecendo o comércio entre outros serviços e gerando mais empregos. Na região existem muito assentamentos sem assistência pública e sem políticas de incentivo para produção.

Diante deste quadro, nos três municípios onde foram realizados os grupos de discussão, ganha evidência o anseio pelo fortalecimento da agricultura familiar. Para ativação da economia, os moradores demandam a participação do estado. Em São José do Rio Claro e em Alto Paraguai, os assentados queixaram-se das condições de vida e de trabalho. Para além do

que já foi enumerado – oportunidades de trabalho e lazer - reclamam também de falta de infra-estrutura na saúde. Ademais, diante da pobreza e falta de oportunidades, o ambiente seria propício para o tráfico de drogas e os crimes a ele atrelados.

-Falta mais oportunidade de trabalho, emprego para que as pessoas possam ter sua renda, a sua independência, a sua casa e família. Na zona rural, para a gente ter independência tem que ter incentivo do poder público. Se todos tiverem a sua renda, o município todo ganha.

-O nosso município tem 350 mil hectares e temos medo dos grandes empresários que plantam 30, 40 ou 50 mil hectares de terra. Isto não é bom para o município, pois tudo sai e vai embora, nada fica.

-Por isto que eu falo, se tiver incentivo para o pequeno vai beneficiar o município. (Grupo Diamantino)

- Em São José está faltando mais emprego. Eu vejo os alunos de 16 e 17 anos no colégio são quase 1700 alunos, e me pergunto onde esse povo vai trabalhar daqui a dois ou três anos? Isto é um problema sério.

-A gente vem falando sobre o projeto da agricultura familiar com pequenas irrigações, com apoio das autoridades do governo. Já temos a cooperativa. O município pode crescer e gerar emprego para estes jovens. Eu moro em um assentamento a 50 km daqui (Grupo São José do Rio Claro).

- Eu sou assentado da reforma agrária, temos aqui onze assentamentos, se não me engano, e precisamos de muitas coisas: saúde, distração e segurança. Hoje melhorou um pouco no sentido logístico.

- É preciso um posto policial também. Mas o que ele falou é muito importante, falta distração na zona rural, é por isto também que os jovens querem sair do campo, além da falta de oportunidade de trabalho. (Grupo Alto Paraguai)

Para a população, componentes sociais estão diretamente relacionados com a prática de crimes, pois – no caso de furtos e roubos – reconhecem o agressor como o desempregado, que se envolve com o consumo ou tráfico de

droga, e, na maior parte das vezes, jovem. No caso da prostituição, elas são identificadas como filhas de pais sem trabalho e viciados em bebida. Suas mulheres são as principais vítimas da violência doméstica. A extração de madeira também é vista como um bico, um paliativo, para aqueles que estão desempregados. E as brigas no bar que podem levar até mesmo a homicídios, nas zonas rural e urbana, podem ser associadas também à falta de opção de lazer saudável.

- O negócio da madeira está parando devido à fiscalização, mas o madeireiro é aquele que não tem emprego e quer trabalhar, assim ele pega um trator velho e vai lá tirar madeira. (Grupo São José do Rio Claro)

-A única opção que temos aqui é ir para o campo de futebol e aos botecos. Isto também pode levar à criminalidade. A falta de lazer saudável atrapalha um pouco também.

- (...) Veja o que está acontecendo com nossas comunidades?! Não vem um bandidão de fora para fazer o erro aqui. Nossos bandidos nasceram aqui, é povo daqui mesmo que aprendeu a mexer com a droga... Filhos nossos, de nossos produtores rurais. (Grupo Alto Paraguai)

Nem sempre a pobreza esteve associada ao crime no município de Diamantino, os moradores se lembram do tempo em que vários trabalhadores se dedicavam ao ensacamento de grãos e constituíam bairros mais humildes, até que o crescimento e a migração chegaram e levaram com eles a tranqüilidade. De acordo com moradores de Alto Paraguai, não há como não mencionar que a atividade de garimpo deixou seqüelas como a forte incidência de prostituição, abuso sexual e violência contra a mulher.

A região **Sudoeste - Cáceres** é de fronteira e cuja economia está atrelada ao tráfico de droga, os seus moradores resistem e se incomodam com este fato, mas não conseguem dizer que se trata de uma inverdade. O tráfico promove emprego para a população, por um lado. Por outro, traz sérios

problemas psico sociais para a mesma. Para começar, reduz muito a auto-estima dos moradores. Em Porto Esperidião e em Cáceres eles manifestaram se sentirem discriminados pelo município de moradia. Sentem isto quando contam para as pessoas onde residem. A abordagem abrupta da polícia também ativa a percepção de que até que provem que são pessoas de bem, são tidos como marginais por ali morarem. Sobre o tratamento na imprensa, se ressentem de Porto Esperidião ser sempre tratada como a porta de entrada do tráfico.

- Quando você vai para qualquer lugar e fala que é do Porto, o cara já te olha atravessado. Outro dia saiu na Record que uma cidadezinha do interior, há 350 quilômetros de Cuiabá, era a maior porta de entrada de cocaína no Brasil. Eles deram ênfase para uma coisa que havia acontecido em Pontes e Lacerda, e o Cabrini já jogou para cá. (Grupo Porto Esperidião)

- Como Cáceres está parado! Talvez porque tenham dificultado a entrada da cocaína em Cáceres?! Pode ser por isto!

- Há pouco um juiz falou isto e foi transferido. Ele disse que a economia de Cáceres girava em torno do tráfico. (grupo Porto Esperidião)

-Mas o estado não dá condições. A única saída é esta, não tem educação, não tem condições de trabalho, alguém oferece o emprego de mula, a pessoa vai. (grupo Cáceres)

Mas não se trata apenas de a presença do tráfico afetar a vaidade dos moradores. Para efeito do aumento da criminalidade, a maior debilidade que a mesma acarreta é a redução - para não dizer eliminação – da confiança entre os próprios cidadãos e as instituições. Acredita-se que qualquer um dos moradores possa estar envolvido no crime organizado, que ali perpassa todas as classes sociais e chega mesmo às instituições democráticas. Em Porto Esperidião, a rede do tráfico coíbe que trabalhos preventivos por parte da promotoria, da polícia, dos conselhos de direito e de políticas se efetivem. O Conselho de Segurança – CONSEG, recém criado, precisou suspender suas atividades em ocasião da realização desta pesquisa. Pois seus conselheiros estavam sendo ameaçados indiretamente pelo crime organizado. Estavam sendo acusados de delatar traficantes. Policiais, por vezes, prendem pessoas,

mas imediatamente precisam liberar as mesmas, mediante o pedido de favor de uma autoridade local, um recurso apresentado por um advogado bem pago, ou sob o pagamento de fiança.

- Isto é complicado, porque às vezes a polícia prende alguém aqui, daqui a pouco, tem dez políticos ali pedindo para o cara ser solto. Isto não é fácil. Tem que ver o lado deles também. É complicado.

- Saiu uma conversa de que os conselheiros que estavam entregando os criminosos. Eu, como conselheira, fiquei com medo. Você não sabe em quem confiar porque polícia, sociedade, está todo mundo envolvido. Foi por isto que eu conversei com o conselheiro e falei, “vamos deixar passar esta época de política, esta fase que está muito complicada, depois a gente monta a nossa ação”.

*- Quem é espancado não denuncia porque não acontece nada, é o mesmo problema da falta de confiança. Não tem onde recorrer, quem confiar. Nesta semana mesmo, o marido espancou a mulher até quebrar o braço dela, a polícia prendeu, mas hoje ela tem medo de que – quando ele ficar solto – ele venha acabar o serviço. Ela quer ir embora da cidade. (grupo Porto Esperidião)
Eu tenho um comércio perto do presídio e eu vejo que as pessoas da alta têm muitas regalias. (grupo Cáceres)*

Diante da descrença generalizada nas pessoas e nas instituições, muitos crimes acontecem sem que ao menos sejam notificados. Em uma região em que a impunidade é muito provável, não há incentivos para fazer um boletim de ocorrência de um crime, e a denúncia anônima, é algo impensável.

- Os agressores já sabem que não vai acontecer nada, ninguém confia em ninguém e nem nas instituições.

- São poucas as pessoas que tem coragem de fazer uma palestra contra as drogas aqui no município, por quê? Tem medo. O pessoal da igreja Batista coloca a cara para bater, ela faz um trabalho na escola que fala sobre droga, doa a quem doer. Só que tem gente que sofre ameaça. Os caras ameaçam. Eu trabalho com criança e todo mundo sabe e tem cara que chega até você e ameaça, você vai fazer o que?

- Na palestra com o promotor foi falado abertamente do envolvimento – como se fala – das bocas de fumo com políticos e policiais.

- A pedofilia também acontece, mas é tratado de maneira sigilosa. O motorista de ônibus que molestava a enteada foi preso aí. Eu destaco mais a falta de oportunidade de trabalho, melhoramento da educação e prevenção por falta de políticas públicas. (grupo Porto Esperidião)

Tem-se assim que o tráfico é o principal crime e ao mesmo tempo fundamental fonte de recursos na região, o que termina por gerar certa tolerância, manifesta de maneira silenciosa, jamais expressa. Muitos são traficantes profissionais, sem serem usuários, perpassando todas as faixas etárias. Tiram dali a sua fonte de renda e apenas isto. Outros são também usuários. A população é menos tolerante com os usuários, em geral jovens e adolescentes.

As razões pelas quais este tipo de crime se alastrou por lá estão relacionadas com a falta de oportunidade de trabalho no setor formal da economia, por um lado, e a facilidade de traficar drogas mediante a vasta fronteira, com pouca fiscalização e muitas oportunidades de recebimento de pagamento para a população local.

Em um tempo atrás, não era tão grande. Eu acho pela facilidade de passar. O sistema de mula. É um meio de o jovem ganhar dinheiro. É um trabalho mesmo. Você vê os caras que moram na fronteira, nunca trabalham, de repente, ele está andando de moto aí. (grupo Porto Esperidião)

O vínculo entre carência e acesso ao tráfico foi fortemente demarcado no grupo realizado em Cáceres. Não se trata de dizer que todo traficante é de origem pobre, ao contrário, como já foi mencionado, a atividade perpassa as distintas classes sociais. Mas há uma situação de carência e pobreza que cria ambiente propício para o assédio de traficantes a mulas. Cáceres tem sérios problemas de saneamento básico, pavimentação e iluminação, sem considerar saúde e educação, mencionam os moradores. Em muitos pontos da cidade, a viatura da polícia não consegue entrar. Nesta situação de total precariedade se encontram os assentamentos da reforma agrária. O local foi infiltrado pelo

tráfico e hoje é tido como um porto seguro para armazenar drogas e armamentos. Onde o estado não entra, o tráfico se solidifica.

- Cáceres tem quase 250 anos e enfrenta problemas estruturais de saneamento básico. Para beber água é preciso comprar. E uma coisa leva a outra. O tráfico de drogas é evidente aqui. A gente é muito carente de políticas públicas para enfrentar todos estes problemas.

- Nós temos grandes assentamentos de reforma agrária e não temos políticas públicas para agricultura familiar, o que vem levando, por um lado, ao êxodo rural. Falta escola no campo e para o campo. A falta de estrutura nos assentamentos e a impossibilidade das famílias viverem do que produzem acabam por propiciar que a droga seja infiltrada nos assentamentos.

- Os traficantes usam os assentamentos como ponto de estoque. Usam os assentados como mula. A família em situação desesperadora acaba entrando. Lá muitas vezes a polícia não consegue chegar, eles têm certa liberdade de ação por ali. (grupo de Cáceres)

Tem-se um ciclo vicioso, na medida em que a fama dos municípios não desperta confiança em empresários para que invistam recursos na região, e, paralelamente, a falta de confiança entre os pares desestimula a criação de cooperativas, tudo isto, por sua vez, termina por deixar o município mais dependente do tráfico. Assim, a desconfiança impede o desenvolvimento econômico e vice-versa.

A região **Leste - Barra do Garças** tem as restrições típicas de locais interioranos, prósperos e com baixa distribuição de renda. Isto é, a sua economia não é diversificada, porque faltam indústrias e comércio mais forte. Tem-se a indústria do agronegócio, que gera dinheiro, mas de forma muito centralizada nas mãos de poucos empresários. Com isto, as oportunidades de trabalho e de crescimento são muito limitadas para o restante da população. Neste cenário, o Estado destaca-se como empregador. A indústria do turismo também agrega valor ao município de Barra do Garças.

Nós temos aqui um frigorífico que emprega muita gente, é a sustentação da cidade. A cidade é de funcionários públicos da União, estadual e municipal, os outros recebem salário mínimo, são muito impostos para pagar. Quando o cidadão recebe o seu salário e paga luz, água e gás, já sobra pouco para o seu sustento. (grupo focal, Barra do Garças)

A realidade local do município de Água Boa é demarcada sobre tudo pela presença do presídio, tido como um estorvo para sua gente. Acreditam que desde que o presídio foi instalado, o município perdeu a sua tranquilidade. O que mais preocupa os moradores é a falta de estrutura de segurança no presídio e no município, com baixo efetivo da PM e da Polícia Civil, a ponto do delegado ser regional, como em vários outros municípios do estado. Ocorre, que quando o governo do Estado decidiu por instalar em Água Boa o presídio teria sido acordado que o município contaria com uma estrutura de segurança mais robusta, o que terminou por não se efetivar. A sensação de vulnerabilidade fica mais forte quando pensam no período de progressão de pena e de liberdade condicionada dos presos.

Neste aspecto, se preocupam não apenas com as restrições do efetivo e das condições estruturais do sistema de segurança, mas também com a falta de projetos sociais capazes de acolher e ajustar o processo de reinserção social dos ex-presidiários. Desassossego também no que tange às restrições impostas pelo próprio mercado de trabalho local.

O sistema prisional, que antes não tínhamos, fez piorar a nossa qualidade de vida. Uma contrapartida prometida pelo Governo do Estado na ocasião da instalação do presídio foi dizer que o efetivo da polícia seria triplicado, isto não aconteceu. Nos não temos um delegado para o município, temos delegado regional. Não temos efetivo para cuidar das guaritas. Então ficamos com o ônus, apenas. Quando os presos entram no regime de progressão de pena, não existe uma estrutura organizada para inseri-lo no mercado de trabalho. Isto está começando a ser feito apenas agora. (grupo focal, Água Boa)

- Em entrevista, em uma fala muito infeliz, a diretora do presídio falou que ele está lindo e que virou até ponto turístico de Água Boa. Completou que as

peessoas se sentem muito bem quando vão fazer uma visita, pois seriam recebidas com abraços pelos presos. Pelo amor de Deus, quem quer um presídio como ponto turístico de seu município?!

- Após a liberdade condicional, o estado não acolhe, não oferece oportunidade. Sem isto ele volta para o crime. O primeiro ponto é que ele está sem a sua família. Em muitos casos, a família acaba vindo para cá também. E vai gerando um problema social. E pequenos furtos muitas vezes são praticados por pessoas que vem visitar alguém no presídio e sem recursos acabam se envolvendo com tráfico de droga e pequenos delitos para dar subsistência.

- Os juízes disseram que a responsabilidade de absorver estas pessoas era da sociedade de Água Boa.

- O ônus é da sociedade. (grupo focal, Água Boa)

Entre os crimes que mais preocupam a região estão furtos e roubos, praticados por menores que abordam pedestres, comerciantes e adentram em residências com frequência armados com revólver ou faca, em busca de dinheiro para sustentar o consumo da droga. Existe um aspecto que convém ser mencionado. Em Água Boa, as situações de criminalidade na cidade e no campo se cruzam quando fruto de assaltos praticados no centro são levados para a periferia para que sejam ocultados do poder público. Assim, rouba-se na cidade e o produto é levado para o espaço rural a fim de escondê-lo da polícia que sente dificuldades de vigiar os territórios mais distantes em decorrência de suas restrições estruturais.

Os crimes que ocorrem no campo estão associados a outras motivações diferentes do conflito agrário. São situações de violência motivadas por brigas entre conhecidos e na família, decorrentes de bebedeira em muitos casos; abuso sexual de crianças e adolescentes. Abuso sexual de crianças e adolescentes também estão na lista dos mais crimes mais recorrentes, particularmente em Barra do Garças, onde o turismo fomenta tal prática. Nos hotéis, cardápios de prostitutas (adolescentes inclusive, mas de maneira mais discreta) são oferecidos.

- Temos vários assentamentos: um mil e duzentas propriedades. Não tem agravo. Pode ter assassinato dentro dos assentamentos, mas não por motivo de conflito agrário. Conflitos por causa de muita gente, sem qualificação.

- Houve três casos de abuso com crianças no campo e violência contra mulher também.

- Eles fazem o delito na cidade e correm para os assentamentos, porque é mais distante, a Serrinha fica há 100 km, e para a polícia é difícil de localizar. (grupo focal, Água Boa)

Crimes ambientais também ocorrem em decorrência do foco econômico na pecuária (queimadas para abrir e limpar pasto, por exemplo) e na agricultura voltadas para o agronegócio (com forte uso de agrotóxico). A pesca predatória também é mencionada como um crime preocupante.

- Acontecem queimadas, mas acidentais.

- Os desmatamentos foram feitos há muito tempo atrás. Hoje quem está na ilegalidade é por causa do passado.

- Nosso município é o que mais recolhe agrotóxico do Brasil.

- A pesca predatória, as caravanas que vem de fora e as próprias pessoas da região estão acabando com nossos peixes. Tinha que fazer como Goiás, ficar dois anos sem pesca. Aqui, controle de pesca só na piracema. (grupo focal, Água Boa)

A região **Sudoeste – Rondonópolis** também já teve no garimpo uma atividade econômica fundamental, que teria deixado sequelas como a forte presença de crimes domésticos – violência contra a mulher, abuso de crianças e adolescentes – e prostituição de adolescentes. No que tange à atividade econômica atual e a sua relação como crime, podemos verificar a menção à existência de crimes contra a propriedade na área rural, envolvendo furtos de defensivos e implementos agrícolas, furtos de tratores e roubo de gado. Foram

mencionados ainda casos de violência contra a vida em decorrência de conflito agrário, disputa de terras, com tiroteios, assassinatos e ameaças a lideranças indígenas, bem como violência envolvendo posseiros e proprietários. Em algumas ocasiões, há menção ao fato de que várias ocorrências envolvendo violência acabam não sendo registradas como conflitos agrários, seja porque as vítimas não denunciam por saberem da impunidade dos infratores, seja porque a imprensa não destaque crimes e assassinatos como conflitos propriamente agrários. Também há menção quanto à ocorrência de garimpo ilegal, desmatamento, existência de madeireiras ilegais, desrespeito à reserva legal nas propriedades e queimadas.

E o aspecto cultural: Aqui é chamada de cidade do amor. Mas aí vem do garimpo, na época do garimpo tinha muito cabaré, muitas casas de prostituição, com o tempo, elas foram acabando mas, ainda existe a cultura que vai levar muito tempo para ser mudada, a questão do dinheiro fácil. Ela não está vinculada apenas ao garimpo, mas também à prostituição. (Entrevista, Alto Araguaia)

Ameaça da terra protegida dos indígenas pelos fazendeiros. As coisas são camufladas, não são colocadas como conflitos agrários. Teve tiroteio em assentamentos por conflito agrário. Enforcamento e suicídio são toda hora informados, enquanto você vê que foi homicídio. Os boletins não registram a verdade, como conflito agrário. A minha tia é indígena e está com a cabeça pedida. Os fazendeiros estão lá dentro das terras indígenas. Não há atuação do estado. (grupo focal, Rondonópolis)

A região **Oeste – Tangará da Serra** tem a sua economia estruturada no agro-negócio, com destaque para a cana de açúcar e a pecuária, que, de acordo com os moradores, termina por atrair mão de obra sem qualificação para a região. São homens que se apresentam para os momentos de plantio e de colheita da safra, para o trabalho braçal e temporário, e, em sua maioria, vem da região Nordeste. O caráter transitório de tal população traz problemas de duas ordens ao menos: a) Ordem socioeconômica, a pobreza. Isto porque embora haja muito emprego, nem todos que migram para a região são aproveitados no mercado de trabalho, e mesmo aqueles que são absorvidos

pelas fazendas recebem salários baixos, muitas vezes insuficientes para o pagamento de suas contas; b) Ordem moral e cívica, com a vinda de pessoas com pouco vínculo com o espaço e moradores locais. Dado o quadro, entre os crimes mais recorrentes, destacam-se aqueles que em geral são precedidos do consumo de álcool: brigas, abuso sexual de crianças e adolescentes e a violência contra a mulher.

- No bairro Boa Esperança tem muitos moradores que vem para ficar seis meses e ir embora. Eles não têm afinidade com as pessoas, com a cidade, não tem compromisso e respeito por nada. Sofremos muitas agressões destes que vem e já partem para outra.

- São trabalhadores sazonais, que vem para a época do plantio e para a época da colheita.

- Eles vêm para o plantio da cana. Nosso bairro fica superlotado, parece um formigueiro, depois, esvazia.

- É verdade, você passa nas esquinas e pode contar 20, 30 homens sentados e passam as meninas novas e ai você já viu tudo, uma coisa leva à outra. (Grupo Campo Novo dos Parecis)

- A bebida é a diversão do homem e da agressão da mulher. No final de semana, eles vão para o boteco.

- A maior quantidade de crimes acontece no bairro que tem mais boteco, que é Boa Esperança.

- Pela quantidade de bares, de prostituição, de venda de drogas. (Grupo Campo Novo dos Parecis)

Não é preconceito, mas nós temos um número grande de nordestinos. Tem até um alojamento para eles aqui. A diversão deles na folga é álcool e perseguir mulheres nas ruas, principalmente depois da aula. As meninas tentam se proteger quando saem da aula, já quase onze horas da noite. Tudo é muito longe, invariavelmente há perseguição e estupro. (Grupo em Nova Olímpia)

Ademais a região é tida por seus moradores como pertencente à rota do tráfico. Seria por Nova Olímpia, a entrada da droga que vem do exterior,

destacadamente da Bolívia e Paraguai, mas também de alguns estados brasileiros. Desta maneira, é possível identificar nas falas dos participantes dois tipos de tráfico e de traficantes. Há o tráfico de transporte e o tráfico de formiguinha. Assim como há traficante profissional não usuário e aquele dependente, viciado. O tráfico na região do agro negócio não é tido como uma das poucas maneiras de se obter dinheiro diante da pobreza, pelo contrário, é apenas o mais fácil caminho. Assim, ele envolve a população mais pobre também, mas não apenas ela.

- O município hoje é a porta de entrada de grande parte da droga que entra e sai do estado.

- É uma rota, Nova Olímpia ficou com esta imagem. (Grupo Nova Olímpia)

- Antes Nova Olímpia era o ponto de distribuição de drogas da nossa região. Só que agora Campo Novo também se tornou um ponto de distribuição. Está até previsto de ter um posto da Polícia Rodoviária na divisa da Itamaraty com o posto fiscal. Ali é rota de entorpecentes. (Grupo Campo Novo dos Parecis)

- Eu fui dar uma palestra no presídio e eu fiquei pasma. Não vi só rapaz pobrezinho, fraquinho, descuidado, não. Vi cada rapaz bonito, que pelo porte físico e fisionomia era gente de classe média.

- São viciados, sem dinheiro para o vício. Se ele não rouba não consegue o dinheiro. Se ele não tem o dinheiro, ele morre.

- Quem vai trabalhar o mês inteiro no frigorífico para ganhar R\$500? Em um transporte pequeno de droga, se ganha isto?! (Grupo Tangará da Serra)

-Eu atendi um rapaz que só traficava. Eu então perguntei por que ele não fazia uso da droga? A resposta dele foi: Se eu fizer uso, eu dou prejuízo para o dono da boca de fumo. Ele recebia salário mensal pelo que ele fazia. Assim, tem este tipo e aquele que é dependente. O dependente, para manter o seu vício, começa também a furtar e as meninas a se prostituir. (Grupo Nova Olímpia)

O tráfico de droga e os crimes contra a vida, a violência contra mulher e o abuso sexual são aqueles crimes mais percebidos nesta região. Situação de pobreza e consumo de bebida aparecem muito atrelados aos mesmos.

A realidade da região **Noroeste- Juína** é marcada pela extração de madeira mais intensa no passado e, no presente, com menos ritmo em decorrência das regras e dos constrangimentos impostos pelas mesmas e ainda pela redução da floresta. Extraem madeira grandes e pequenos proprietários, e também indígenas, ressaltam os participantes de Aripuanã. Tal extração pode ser a partir do cumprimento das leis que regulam a atividade ou não. Em Castanheira, a extração de madeira tem ocorrido com intensidade nos assentamentos, local onde os moradores ainda não possuem a documentação da terra. Ademais, destaca-se a presença acentuada das queimadas. Com frequência, ainda ocorrem conflitos pela terra.

Trata-se de uma ocupação relativamente recente, muitos participantes dos grupos se lembram dos primórdios, quando o Estado ainda não havia ocupado a região com seus órgãos de segurança e demais políticas. Era uma “arruaça”, colocam. Nos últimos anos a “ordem” vem chegando. Mas ainda faltam recursos para uma efetiva consolidação do Estado na segurança, na saúde, no saneamento básico e na pavimentação de estradas. Ademais faltam recursos também de outra ordem, como culturais, embora estes já comecem a ser identificados entre os moradores. Como as instituições democráticas (conselhos de direito e de política, Ministério Público entre outros) ainda são novidades, os moradores ainda convivem com uma percepção muito hierárquica da sociedade, ocupando os agentes do estado um degrau superior ao dos cidadãos. Em decorrência desta falta de percepção dos direitos e deveres do cidadão democrático civil, a prática de corrupção ainda parece ser recorrente.

- Se matava no meio da rua, nem se fazia muita arruaça. Hoje com o Ministério Público, o pessoal denuncia. E os policiais civis novos também tem feito um bom trabalho. Antes era o vandalismo, policial corrupto, gente matando, roubando... Agora eu não estou vendo mais isto aí não.

- Agora eles estão vendo que no MT tem gente interessada no respeito maior, o pessoal está denunciando, tem o Ministério Público, tem o Judiciário. (Grupo Aripuanã)

- Sim. O problema é que nas famílias temos problema financeiro, de dinheiro, e dá um problema – uma agressão à mulher, aos filhos – e quem vai resolver isto é o conselho tutelar e a polícia.

- Melhorou a postura da polícia, que agora está mais educativa, o nível de escolaridade deles também melhorou muito, melhorou muito.

- E a própria formação do conselho. E hoje a polícia sabe que tem uma instituição fiscalizando ela. Reduziu o pedido de propinas. (Grupo Juína)

A região de Juína ainda tem fortes características de um espaço rural, os principais crimes estão voltados para o campo. São crimes contra o meio ambiente, por posse de terra, e também envolvendo violência familiar, com mulheres e crianças. Os crimes ambientais é um conceito novo para uma população que foi incentivada a desmatar, portanto, por aspectos culturais, resistem a entender que a exploração não regularizada é um delito e requer punição. Esta situação é agravada pela não apresentação por parte da iniciativa privada ou do poder público de uma fonte de renda alternativa à exploração de madeira para os moradores medianos da região. Para os proprietários rurais mais abastados há a pecuária.

Os crimes contra a mulher e crianças também aparecem muito relacionados com a realidade rural. Trabalhadores rurais e fazendeiros – que podem ter conseguido obter terras e dinheiro com a vinda para o Mato Grosso, mas que mantém uma visão pouco moderna no que tange aos direitos das mulheres e crianças – depois de muita lida se distraem abusando de meninas e adolescentes ou, se contrariados, descarregam seus sentimentos violentando as mulheres.

A presença do garimpo na região também ajuda a explicar a recorrência destes tipos de crimes, enquanto um fator cultural. A história de Juína, como foi colocado por seus moradores, é marcada pelo garimpo e pelo desmatamento, duas atividades fortemente extrativistas e baseadas na degradação.

-Eu vim para cá convidado pelo regime militar. A ordem era: ocupe, derrube. Porque se não derrubasse não tinha direito ao título da terra. Eu vim de uma família de comerciantes de cereais. No início, a pequena agricultura foi bem desenvolvida até porque a nossa região não é dada à mecanização. O garimpo já vinha como uma atividade paralela à agricultura, então. Quando explodiu a onda de garimpo, houve um desinteresse pelo trabalho na agricultura, no café. Foi abandonada aquela estrutura agrícola de até então. E quando o garimpo acabou, a agricultura de pequenos e médios proprietários, já havia sido absorvida pelos pecuaristas. E com a falta de estrutura, o que aconteceu? A exploração da madeira.

- Muitas pessoas que perderam a vida, maridos, filhos na época do garimpo. Muita gente se prostituiu nesta época. Deixou muitas seqüelas. Depois, outros prefeitos, incentivaram a volta para a agricultura. Eu acho que muito da violência que a gente tem hoje vem esta seqüela do garimpo. Antes, era diferente, as pessoas vinham para constituir suas famílias. (Grupo Juína)

As principais atividades econômicas na região **Noroeste - Juara** estão associadas à extração de madeira e à pecuária, sendo estas as maiores fontes de emprego para os seus moradores na visão dos mesmos. Geração de mais emprego com a expansão de indústrias foi mencionada como uma prioridade, isto porque a extração de madeira tende a reduzir diante da crescente fiscalização e a oferta da mesma tende a cair, com os recorrentes cortes. Em Porto Gaúcho, reclamações também sobre a falta de estrutura com de estradas para o desenvolvimento. O desenvolvimento que leve a uma economia local forte é tido como uma vacina contra a criminalidade. .

As nossas saídas são todas de terra e em todos os municípios que as saídas são de terra, já foi provado que por A+ B, que fica difícil das empresas virem para cá. (Grupo focal Porto Gaúcho)

Com a vida mais rural do que urbana, os crimes agrários e ambientais ainda fazem parte da realidade local, ainda que venham sendo reduzidos. Em Juara, foi possível – a partir de relatos – identificar três tipos de conflitos no campo: a) entre fazendeiros pelas terras chamadas de devolutas ou de sobras, b) entre fazendeiros e “posseiros” e entre os próprios produtores nos assentamentos, c) aquele oriundo da presença de trabalho escravo. A disputa entre fazendeiros por terras devolutas seria bastante acentuada na região de Pará do Norte, por contar com uma área muito vasta ainda pertencente à União. Já o conflito entre fazendeiros e assentados se daria com recorrência nos dois maiores assentamentos da região, com destaque para Vale dos Arino. Tais assentados, sem contarem com a documentação de posse de suas terras ainda, ficam vulneráveis ao assédio dos grandes proprietários rurais. Não parece ser raro um fazendeiro se interessar pela terra de um assentado. Para agravar a situação, já bastante conflituosa dada a ausência da legalização agrária, trata-se de uma região dominada pela atividade de madeira. É uma agitação entre a pecuária de corte e a extração da madeira, e também entre fazendeiros e assentados, em uma região muito produtiva. Muitos crimes não chegam a ser notificados.

- Na região do Pará Norte é onde existe mais conflito entre fazendeiros. Ali era fazendeiro contra fazendeiro, hoje é pequeno contra pequeno produtor, a disputa começa no campo e às vezes termina na cidade.

- Aparece gente morta dentro de fazenda de um e de outro, mas só que esses dados não aparecem.

- Só depois que morre um, dois ou três, que a sociedade se manifesta e aí vai para o judiciário.

- Estes conflitos chegam ao conhecimento de todo mundo, mas é abafado. Afinal o defunto chega, mas ninguém sabe quem o matou, só se sabe quem morreu. (Grupo focal Juara)

Quanto ao trabalho escravo, tem-se que a atividade da agropecuária ainda atrai e emprega muita mão de obra desqualificada e sem documentação. Estes terminam por serem contratados pelos “gatos” para as fazendas.

Passam então a depender do patrão para o seu custeio e, conseqüentemente, a ter uma dívida com o mesmo. Assim eles ficam impossibilitados de deixarem o trabalho sem antes quitarem o que devem. Outra situação que foi narrada é a de fazendeiros pegarem moradores de rua, viciados em bebida, levarem para suas propriedades por um curto período de tempo que pode durar até três meses para o trabalho e depois despachá-los de volta. O Ministério do Trabalho e a Polícia Federal teriam feito um operação recente no município de Juara, onde foram detectados casos de escravidão branca. Diante desta realidade, ocorreriam crimes também quando tais empregados manifestassem interesse em reclamar qualquer direito trabalhista.

Na região de Juara, foi mencionada a ocorrência de crime ambiental, marcadamente de desmatamento e de queimadas entre assentados e fazendeiros, ambos a fim de vender a madeira para fazer dinheiro e para ampliar a área de pasto. As áreas de preservação permanente também não estariam sendo conservadas.

Os grandes pecuaristas desmataram boa parte da região de água, dos leitos dos rios. Na zona rural, você encontra rios que mudaram o seu curso porque as matas ciliares foram todas derrubadas, com muito assoreamento.(Grupo focal Juara)

Na realidade, nós precisamos trabalhar, o estado inteiro precisa trabalhar, e para isto é preciso dar mais clareza na legislação ambiental, mais publicidade, deixar que o povo entenda e participe. Não adianta fazer o que eles fazem: repressão, que leva ao desemprego, fome, gente indo embora, êxodo, o que aconteceu em Porto. (Grupo focal Porto dos Gaúchos)

Dois tipos de madeireiros podem ser notados na região. Existe aquele que trabalha em conformidade com a lei, isto é, com funcionários registrados (com carteira assinada), e seguindo as regras de manejo a partir de projetos aprovados pela SEMA. Mas há também aqueles, suspeita-se que a maioria deles, que adquirem madeira de fazendas que não tem projetos de manejo e de assentamentos na mesma situação. Esquemas de corrupção e entraves

burocráticos envolvendo a SEMA e o IBAMA são apresentados como explicações para a prática de irregularidades em alguns casos.

- Eu tenho conhecimento que passam por aqui carretas e carretas com toras que vem de outros municípios e passam aqui por dentro do nosso município rumo a outros lugares. SEMA e IBAMA não fazem nada. Por quê? Eles morrem de medo de tomar um tiro.

- Você que é madeireiro como eu, você se lembra quando vinha aquele pessoal nas madeiras? Eles não vinham para dizer que eu estava ilegal, que você estava ilegal, eles vinham para buscar a legalidade deles. Esta é a verdade. Você concorda?

- Eles pediam para nós madeireiros nos reunirmos para juntarmos dinheiro.

- Eu trabalhei muito em escritório de madeira e sei o que é isto. (Grupo focal Porto dos Gaúchos)

Boa parte dos moradores dos municípios ainda tira o seu sustento do setor madeireiro, mas tal atividade vem sendo reprimida em função da aplicação da legislação ambiental, levando ao fechamento de muitas madeiras e a desativação de muitos empregos. Por outro lado, boa parte desta mão de obra tem sido absorvida pela indústria de transformação, especificamente pelos frigoríficos.

Outros crimes acontecem no campo a despeito das questões da posse da terra e ambiental propriamente ditas. Entre eles destacam-se: casos de pedofilia, de violência doméstica e brigas que podem levar mesmo ao homicídio, quase todos muito associados ao vício da bebida.

É o consumo de álcool excessivo. As atividades do agro-negócio, especificamente da pecuária, que se utiliza de uma mão de obra não qualificada, empregam gente inclusive sem documento. O resultado é que estas pessoas terminam por se dirigir para regiões mais distantes, passam a consumir muito álcool, decorrendo de tal prática, temos muitos conflitos e homicídios, predominantemente com arma branca. Sem contar o crime agrário, por disputa de terra propriamente dita. Tudo isto acontece na zona rural. (Grupo focal, Juara)

Já na zona urbana, mais reflexos do desacelamento da economia. Tem-se a presença de uma população pobre, sem qualificação, desempregada e com forte consumo de álcool, o resultado é o aumento da violência doméstica, com a violência contra a mulher e abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes. Com a extração de madeira, a economia do agro negócio e a grande circulação de motoristas, Juara é considerada um pólo de exploração sexual inclusive de crianças. Registra-se o alto índice de pessoas portadoras de soro positivo, o que demanda a atenção das secretarias estadual e municipal de saúde.

Recorrente também é a prostituição infanto-juvenil, entre meninos e meninas. Em geral são filhos de pais desempregados, que precisam de tal recurso e que fazem vista grossa mediante a situação. (Grupo focal, Juara)

Os moradores da região **Centro Norte - Sinop** ainda vivenciam os crimes típicos do período de ocupação com forte presença de situações de violência em decorrência de disputas por divisas de terras, com sistema de pistolagem para intimidar o trabalho escravo, muito abuso sexual, e ainda com instituições de polícia e judiciário pouco consolidados, não acostumadas com o sistema de prestação de contas para as demais instituições democráticas e para a própria população, gerando ineficiência no que tange aos seus objetivos.

O momento ainda é de crise do corte da madeira, base da economia por duas ou três décadas, que passa a ser contida já nos anos 90. Destaca-se que com a redução do extrativismo madeireiro, restrito por lei, não foi apresentada uma fonte econômica alternativa capaz de absorver a mão de obra que dele vivia. De verdade, muitos ainda sobrevivem de tal atividade, marcadamente, em Marcelândia.

Para fazer um breve resgate histórico, a partir das percepções de seus moradores, em um primeiro momento, a região atraiu os moradores das regiões Sul e Sudeste do país, que vieram “ocupar e integrar para não entregar”, lema muito utilizado no regime militar como sabemos. A base da economia sempre esteve assim vinculada à extração da madeira. E os principais crimes rurais da região também. Em Marcelândia, os conflitos agrários e ambientais aparecem como ainda muito recorrentes e fortes. Como agravante do conflito no campo tem-se a percepção de que a ocupação e a

regularização da terra na região foram e ainda estão sendo feitas a partir de fraudes, de maneira ilegítima. Muitos conflitos ocorrem também em Vera, seja entre pistoleiros e empregados de fazenda ou ainda por motivos como ciúmes e desavenças.

- *Conflitos agrários, envolvendo terra, documentação, recursos, os piores conflitos giram em torno disto aí.*

- *Tem muito invasor malandro, que pega a terra e vende. E tem gente que trabalhou na terra e está ali.*

- *Mas o maior veneno é o grande.*

- *A terra aqui se esconde e você sabe como? Elas estão nas mãos dos ricos. Os mapas são obscuros e os títulos deslocados. Eles escondem a terra dentro do mapeamento, dizem que tem dez enquanto tem 15 alqueires. (Grupo Marcelândia)*

- *Madeira é tirada dia e noite, mesmo vindo Federal hoje e amanhã. Não tem este negócio da Polícia Federal estar ou não. Porque a madeira é fria até chegar no pátio da serraria, quando entrou, pronto, passa a ser quente.*

- *Envolvidos, estão todos, pequenos e grandes, trabalhadores, agricultores, invasores, mas penalizados são só os pequenos. (Grupo Marcelândia)*

- *Havia muito grileiro, a área que tinha madeira de lei era muito visada, todo mundo queria ser dono. O fazendeiro que tinha poder aquisitivo pagava dois ou três para fazer correr a divisa. E quem tentasse invadir, era eliminado da mesma forma. E pior, quando são quatro ou cinco pistoleiros, um sempre tem mais a confiança do patrão, é ele quem elimina os outros. Isto reduziu em nossa região, mas se você for a Colniza, ainda vai ver muito. (Grupo Vera)*

- *A violência na zona rural é muito maior. A violência do cafundó, como eles dizem, é terrível. Na cidade, qualquer coisa que aconteça, em 15 minutos, todo mundo fica sabendo. O outro matou no mato e foi embora para a cidade dele. Ele atirava e cortava o pescoço fora com a foice. Ele matou o primeiro e*

quando estava acabando de jogar a areia no primeiro, chegaram outros dois. E aí ele atirou e cortou a cabeça dos outros dois.

- Às vezes, mortes porque a mulher de um pediu que o outro alcançasse uma comida, e este achou que era para servi-la e ele serviu a mulher.

- Por umas coisas pequenas, não é?

- Parecem pequenas, porque o enciumado bateu nele e fez sangue. (Grupo Vera)

- E ainda tem o pistoleiro, armado pelo patrão, que para não pagar os direitos trabalhistas, faz o acerto de contas no cacete. A discussão acontece na bala. Eu já vi uma pessoa só matar três em 15 minutos. Eu assisti tudo e não tive coragem de falar. Não tem muito tempo, mas aos poucos vem reduzindo com a redução da madeira. (Grupo Vera)

Pedidos de propinas, práticas de corrupção, ilegalidade, atitudes parciais pautadas por interesses políticos ou econômicos, são expressões recorrentes entre os moradores da região quando buscam mencionar o desempenho das instituições nas questões agrárias e ambientais. Prestígio, poder e dinheiro se sobrepõem às regras e, portanto, perde-se o parâmetro. E, ao final, todos conhecem os canais que são utilizados para reverter ilegalidades em benefícios, para evitar investigações de crimes e esquentar a madeira, por exemplo.

- Mas quem iniciou o roubo foram as autoridades. Em Santa Carmem, o IBAMA não saía de dentro do pátio da madeireira. Em uma associação de madeireiros, em perguntei: Por que isto acontece? E eles então me disseram: Você não percebe que a gente tem que contribuir com uma quantidade de madeira para eles. E eu voltei à pergunta: Tem que subornar para trabalhar? (Grupo Marcelândia)

- Tem gente que entra na terra dos outros e derrubam madeira. É dinheiro rápido, vicioso, muito dinheiro envolvido.

- Quando pegam é o motorista do caminhão, mas levam um político e vai lá e retira ele. (Grupo Marcelândia)

Ninguém quer classificar madeira em Cuiabá, só quer classificar em Sinop. Em Cuiabá madeira extraída aqui não passa, mas em Sinop, passa. Tem uma corrente, se você precisar levar uma carreta de madeira daqui até São Paulo sem pagar um real, você consegue. (Grupo Marcelândia)

Com a extração de madeira e o esgotamento do garimpo nas regiões vizinhas, Sinop terminou por receber emigrantes, que teriam trazido consigo um jeito de viver baseado na “desestruturação familiar, emocional, de valores, regras e princípios”, tal como define um dos participantes do grupo de Sinop. A despeito da leitura mais moralista, fato é que parte de tal população, ao chegar à região de Sinop, não tem conseguido se inserir no mercado de trabalho e usufruir de serviços públicos e privados que demanda, elevando a situação de pobreza. Ademais, a região está relativamente perto da fronteira da Bolívia. Estariam aí as bases para outros crimes que ocorrem na região. Para além dos crimes já mencionados, destacam-se também: abusos sexuais em crianças e adolescente, estupros e furtos.

Nós fazemos visitas familiares e a gente vê que tais crimes estão voltados para a falta de estrutura. Várias famílias moram em um mesmo terreno sem vínculo entre elas. A mãe sai para trabalhar. Na casa ao lado tem um desempregado, que tem a bebida, é onde acontecem os casos. (Grupo em Sinop)

De quatro anos para cá, o setor madeireiro teve uma quebra e ficou muita gente sem emprego. Sinop ainda atrai pessoas jovens para vir tentar a vida aqui. E eles acabam não conseguindo êxito e vão para o caminho dos pequenos delitos, assaltos em rua, na saída de banco. (Grupo em Sinop)

- *Bebedeira de festas, 36 mortes em quatro anos. Pessoal sem capacitação que se envolve em bebedeira, em festas e se perde em brigas. Agora a madeira diminuiu. O pessoal acampado nos matos também está em menor número, então este tipo de crime no campo está diminuindo.*

- *Vem este pessoal que a gente nem sabe ao certo o nome, sem família, sem nada. A gente nem sabe o nome porque provavelmente já tem um passado negro em algum lugar. Aqui ninguém pede documento para trabalhar.*

- *Não se pede documentos para trabalhar aqui. Os outros são conhecidos por Maranhense, Paraíba, Michael Jackson, Cabelo... Eles puxam uma faca e matam. (Grupo em Vera)*

Tem tantas entradas para a droga entrar aqui. Com fronteira livre, parece ser bem facinho passar da Bolívia para cá. (Grupo Marcelândia)

Especificamente, os moradores de Sinop acreditam ainda que a presença do sistema carcerário no município faz aumentar a criminalidade na cidade. Cabe resgatar, e reiterar, a falta de crença dos moradores de Marcelândia nas instituições da polícia e da justiça no município. A situação é tão grave que o delegado que atendia o município já “teria desistido”. O policial militar infringiria a lei “das mais diversas maneiras”. E a justiça teria “um lado” na política local.

- *Tem seis, sete meses que o delegado foi embora.*

- *Como uma pessoa pode dar autoridade na rua se ela passa a maior parte do dia bebendo? Ela monta na moto e nem consegue sair andando com ela. Isto a gente vê.*

- *Anda com menininha, fardado!*

- *E pedem propina. Já aconteceu de um deles estar em boate e dar tiro em quatro pessoas.*

- *Em nossa cidade tem a União Colonizadora que é adversária da prefeitura. O juiz tende para um lado e deixa a desejar no que se refere ao outro. O juiz tem que ser do município e não de um lado. (Grupo Marcelândia)*

Existe a expectativa de que com o avanço da modernização da economia e com o êxodo rural os crimes no campo sejam reduzidos. Neste caso, aumentariam os crimes urbanos, ocasionados pela migração da mão de obra do campo para a cidade. Nas falas dos entrevistados, crimes surgem,

desaparecem e são substituídos de acordo com o movimento da população, a despeito de qualquer intervenção das instituições de polícia e justiça.

Na região **Norte – Alta Floresta**, a exploração do garimpo em um passado recente é a principal marca desta terra na fala de seus moradores. Peixoto Azevedo, por exemplo, tem como mancha a associação do município com a prostituição, que seria em boa parte decorrência da prática de tal atividade econômica e que hoje desagrada muito os participantes da pesquisa. Predominante também, é a avaliação que a região de Alta Floresta, por ter crescido com o garimpo, terminou por vivenciar uma expansão desordenada, pautada por muitas mortes e criminalidade. "Como herança deste tempo, ficou a alta taxa de estupro e de pedofilia.", resume um integrante do grupo de Alta Floresta

- O garimpo deu falência na instituição da família e as pessoas perderam por completo os valores. Em minhas contas, nós estamos na terceira geração do garimpo. Eu atendi outro dia uma moça no Rotary e ela me disse que tem 27 anos e já vai ser avó. Ela teve a sua filha com quatorze anos e agora a menina tem treze e vai ser mãe. (Grupo Alta Floresta)

Depois do momento áureo do garimpo, a região passou a experimentar um período de estagnação econômica. O quadro de pobreza instaurado então teria servido de atrativo para a vinda de outra atividade, o tráfico de drogas. Ali, o tráfico apresentar-se-ia articulado com o envolvimento da elite e de autoridades locais. Tanto é assim, que permanece o temor na população, qualquer denúncia parece ser inviável neste cenário. Especificamente, o município de Peixoto de Azevedo teria ainda como apelo para tal criminalidade ser passagem de muitas rotas de entradas e saídas. Para os moradores, houve um empenho recente no sentido de reduzir o tráfico de droga na região, tendo sido estouradas quatorze bocas de fumo e efetuadas algumas prisões, mas na seqüência, o delegado teria sido transferido. Para os moradores locais, a

transferência teria sido uma punição pelo mesmo ter desafiado a organização do tráfico.

Registra-se também os crimes no campo, desde práticas de queimadas até trabalho escravo e violência contra a mulher. Foram mencionados casos de abuso sexual de crianças e mulheres em fazendas.

- Há exploração sexual das mulheres em fazendas também e acontece junto com este tipo de trabalho mais escravo. (Grupo Alta Floresta)

Na região **Centro - Sorriso** destacam-se a produção de soja e atividades relacionadas à extração de madeira. Como em outras regiões do estado com semelhante perfil de fronteira agrícola, Sorriso termina por atrair mão de obra desqualificada para o corte de madeira e para dar sustentação ao agro-negócio. Repete-se então o quadro de pobreza em decorrência de que parte dos que ali chegam não conseguem trabalho e aqueles que o conseguem contam muitas vezes em uma situação de instabilidade e informalidade na contratação, com baixos salários. Tem-se assim uma população vulnerável ao consumo de álcool e de droga, ao tráfico, e às diversas modalidades de crime que deles derivam. Mais uma vez constata-se a associação direta, pelos moradores, entre a criminalidade e a população de migrantes pobres advindos do Nordeste.

O estado em crescimento é um estado vulnerável ao crime, devido à existência da promessa de emprego e a decorrente migração. Vem muita gente sem qualificação para todo tipo de serviço. (Entrevista, Tapurah)

Brigas envolvendo alcoolismo, crack na periferia entre jovens. Parte de nossa sociedade é Nordestina que ainda vê essa coisa do cabra macho. Era uma cidade colonizada por suíços lá no início e depois vieram pessoas de todas as regiões, as piores vítimas são as crianças.

(Entrevista, Sorriso)

Do outro lado da rodovia, aqui em Sorriso, é a região com maior concentração de furtos e roubo para o vício da droga, que pode ser pasta base, crack, maconha e cocaína. Muitas pessoas ali são oriundas de outras regiões do Nordeste e Norte e que vem na esperança de melhoria de vida, procurar emprego. (Entrevista, Sorriso)

O crime contra o patrimônio mais recorrente é o furto às residências, na ausência dos moradores. Menos freqüente, mas que também ocorre é o assalto com isolamento dos moradores em um cômodo no transcorrer do crime. Há muito poucos casos de homicídio. Os crimes seriam praticados, quando vinculados à droga, por usuários para a sustentação de seu vício. De acordo com os moradores da região e os aplicadores do Direito, o tráfico na região é do tipo boca de fumo, não o de transporte, e está ainda em estágio inicial, mas já vem apresentando um grau de organização, envolvendo inclusive a elite local.

Roubo e tráfico de drogas são os piores crimes que ocorrem por aqui porque refletem diretamente na vida dos usuários, de suas famílias e na sociedade. Aqui o tráfico é diferente de outros lugares. Aqui você não verá a apreensão de 100kg ou mesmo de 1kg de cocaína. Aqui não é rota do tráfico. Aqui é só ponto de distribuição. O tráfico em geral é comandado a partir da Bolívia, Cáceres é rota internacional, Rondonópolis ainda tem bastante, mas ao passar por cada uma destas regiões, a rota do tráfico vai reduzindo. (entrevista, Tapurah)

Prostituição, até mesmo de menores, aparece relacionada ao consumo e tráfico de drogas e também ao turismo de praia. A droga costuma chegar na região via caminhoneiros e prostitutas, neste aspecto, prostituição e tráfico se confundem.

Eles usam mulheres para pegarem carona com os caminhoneiros e transportarem a droga. Usam mulheres para confundir tráfico com prostituição. E acabam juntando as duas coisas. (Entrevista em profundidade, Nova Mutum)

Crimes contra a propriedade também foram mencionados na região rural, sendo voltados para o roubo de maquinários e agrotóxicos, neste caso, o motivo e os envolvidos não são os mesmos dos delitos urbanos, trata-se da

ação de quadrilhas mais organizadas. Crimes envolvendo abuso sexual em crianças também são mais percebidos no campo do que na cidade. Já entre os crimes relacionados com o meio ambiente, destacam-se a persistência em algumas áreas do desmatamento, o uso de agrotóxico no cultivo de soja e algodão, e ainda as caça e pesca ilegais, tal como foi mencionado em Nova Mutum.

Roubo no campo é crime organizado, de quadrilha, em busca de trator e defensivo agrícola. (Entrevista, Sorriso)

Cinco aspectos da realidade local da região **Nordeste - Vila Rica** afetam de maneira direta a experiência com a segurança pública entre a população. Por um lado, tem-se na região o agro-negócio baseado na pecuária e no plantio da cana-de-açúcar, tendo como característica a concentração de propriedade e renda. O que demarca a existência de uma população excluída do acesso ao capital, empobrecida e dependente de políticas públicas para a sobrevivência e o crescimento na vida. Constata-se, enquanto segundo aspecto da realidade local a ser abordado, que existem poucas políticas voltadas para o bem estar social nos municípios, em sua maioria são iniciativas promovidas e financiadas pelo Governo Federal como o programa Pró-Jovem. Tal quadro por si só já aponta para um amplo grupo de moradores empobrecidos e desassistidos, vulneráveis a ameaças como prostituição e trabalho infantil, tráfico de drogas entre outros.

Para agravar a situação, as poucas empresas da região estão sendo submetidas às regras ambientais e trabalhistas através do endurecimento da fiscalização. Com isto, muitas estão sendo fechadas. Em Confresa, acredita-se que com o fechamento de uma destilaria e de um frigorífico duas mil pessoas tenham perdido o seu emprego. Famílias que mediante ao aperto financeiro estão incentivando suas filhas a praticarem a prostituição e os meninos entrarem no tráfico. A consequência é que pequenos furtos e mesmo roubos, com uso de armas, começam a fazer parte das pacatas cidades da região. Tal crise na economia local configura o terceiro ponto a ser ressaltado.

Enquanto quarto ponto tem-se a existência de muitos assentamentos na região. Tais assentamentos também não recebem assistência suficiente para

cumprirem efetivamente a função para a qual foram criados: a agricultura familiar. De novo, a ausência ou carência de políticas públicas é sentida e repercutirá na propensão à criminalidade.

Por fim, acreditam que a localização da região na fronteira do MT com o PA facilita que criminosos fujam de um estado para o outro e que ainda suas vias sirvam de escoamento de droga.

Verifica-se que o consumo e o tráfico de drogas começam a chegar aos municípios da região Leste. Portanto, hoje, eles se configuram mais uma ameaça do que uma realidade. No entanto, dado o quadro aqui exposto, reitera-se que há aspectos sociais que favorecem a proliferação dos problemas. Os principais crimes hoje são homicídios por motivos fúteis e decorrentes do consumo de bebida, pequenos furtos e prostituição de adolescentes.

Por que até pouco tempo atrás (antes do fechamento de uma destilaria e de um frigorífico que geravam juntos aproximadamente dois mil empregos), Confresa crescia muito, não tinha desemprego. Dois anos para trás não tinha desemprego, hoje a gente não sabe o que vai fazer com este pessoal todo sem trabalho. (grupo focal, Confresa)

- Nós vivemos numa região de assentamentos. Nós somos a região com mais assentamentos do país. A agricultura familiar precisa ter o seu conceito mais bem trabalhado. Falta estudo, falta saúde, falta incentivo para o crescimento. Em Confresa a gente passa uma semana sem água. Básico como água, nós ainda não temos. (grupo focal, Confresa)

- Estamos perto da fronteira também, isto é ruim para a segurança. Aqui não é de interesse do PA e estamos muito longe da capital.

- Alguém apronta no PA e foge para cá. Apronta aqui e foge para lá.

- Eu moro em uma área de assentamento e nós nunca tivemos uma visita da polícia para se aproximar. Quando eu vejo um carro da polícia, eu fico com medo, penso, estou lascado.

- Tem que dar perspectiva para as pessoas ter uma boa renda.

- Estou coordenando o Pró-Jovem, mas os meninos não estão nem aí, eles querem jogar bola. Eles falam assim comigo: Professora, minha mãe não tem condições de me mandar para fora para fazer uma faculdade. Vila Rica não oferece, então deixe que eu jogue a minha bola tranqüilo. (grupo focal, Vila Rica)

- Desmatamento é pouco agora, depois que fecharam a serralheria.

- Do pequeno ao grande desmatam e queimam.

- É a praga do ser humano sem consciência.

- Tem muita sujeira no rio em decorrência do frigorífico.

- A SEMA que atua. Foi feita denuncia para a SEMA e para a Secretaria de Agricultura.

- Mas o frigorifico gera 400 empregos. Se a SEMA fecha, são mais 400 desempregos.

- Do jeito que está a poluição é melhor ir embora.

- Aquele que trabalha lá prefere o frigorífico.

- Preocupação com o meio ambiente é coisa de quem não tem nem um pedacinho de terra.

- Quando tem terra, a preocupação é com a multa.

- A maioria não queima mais no inverno, na seca. Fica todo mundo apreensivo.

A insegurança que isto gera em crime ambiental. (grupo focal, Vila Rica)

- Tem prostituição infantil nos hotéis e nas casas de samba. As atuações da policia e da promotoria são nulas em resultado.

- Menina de 12 anos que fica com batom na rua.

- *As meninas começam o sexo muito cedo.*
- *Mas existem as casas que a gente ouve falar. Mas quando o carro da policia chega todo mundo sai.*
- *Ali no ponto de táxi perto do Banco do Brasil, os meninos homossexuais ficavam ali. Mas dentro da escola você as vê afluando e você diz para elas baixarem a bola, esperar. Elas marcam ponto até dentro da escola.*
- *A polícia precisa fazer uma ronda para evitar que estas crianças saiam de casa para este tipo de situação.*
- *É alarmante, sim. Acontecem as denúncias, o conselho tem que atuar. Mas as meninas negam, a família nega... Para não expor as pessoas na cidade pequena.*
- *Quando eu cheguei aqui em 2005, aqui era mais movimentado à noite. As alunas saiam do NEP para ir até os cais para procurar caminhoneiros para programa.*
- *Não precisa ser o caminhoneiro, é uma pessoa de fora. Policiais. Todas meninas de baixa renda. (São Felix do Araguaia)*

3- Conflitos Agrários e crimes contra o meio ambiente.

Os **crimes agrários** foram mencionados como preocupantes nas seguintes regiões da fronteira agrícola: Noroeste (Juína), Noroeste (Juara) e Centro Norte (Sinop).

Na região Noroeste Juína, a maior concentração do crime agrário é percebida nos arredores dos municípios de Colniza e Castanheira. Ali, os conflitos agrários envolvem disputas armadas entre posseiros, grileiros e fazendeiros por terras devolutas, muitas vezes motivadas ainda pela forte presença da prática de extração de madeira ilegal. Assim, nesta lista de causadores, se inserem também os madeireiros, que vivem da extração das árvores da região Amazônica. Deve-se chamar a atenção para o caráter integrado do trabalho de madeireiros e produtores rurais. Dada a prática de

ocupação, primeiro é preciso abrir a clareira, limpar a área, atear fogo para a chegada então da atividade pecuária.

Na região Noroeste, Juara foi o município em que surgiram mais referências à violência no campo. São muitos litígios envolvendo a titularidade da propriedade da terra com disputas entre posseiros, proprietários e assentados recentes, ainda não regularizados, até mesmo com registros de homicídios. Os casos envolvem disputa por terras devolutas, chamadas “áreas de sobra”. Realidade diferente se encontra em Porto dos Gaúchos, município com um histórico de grandes conflitos agrários, mas que hoje estão pacificados, sendo administrados judicialmente. Nas demais cidades, como Novo Horizonte do Norte e Tabaporã, não houve referências à existência de conflitos agrários.

Em **Centro Norte Sinop**, particularmente em Marcelândia, os conflitos agrários e ambientais aparecem como muito recorrentes e fortes. Tem-se a percepção de que a ocupação e a regularização da terra na região foram e ainda estão sendo feitas a partir de fraudes, de maneira ilegítima.

Como causa e consequência desta situação de conflito, os moradores destas regiões costumam andar armados. Nas situações de conflito, as armas de fogo – espingarda e revólver – são predominantemente utilizadas, mas facas, picadeiras e outros instrumentos acessíveis no momento da discórdia também são manuseados.

As principais vítimas de tal violência são aqueles chamados de “testa de ferro”, que se expõem em disputas a mando dos verdadeiros interessados, que tendem a ser madeireiros e grandes proprietários.

A avaliação predominante é que o governo do estado do Mato Grosso tem uma postura muito passiva em relação aos crimes agrários na região Noroeste. A Polícia Militar costuma até ter bom desempenho quando busca garantir a terra para o proprietário rural que venceu a disputa na Justiça. No entanto, os entrevistados reclamam que o estado vem demorando muito para legalizar as propriedades, postergando a situação de conflito, que terminam por gerar mais violência e mortes. As principais críticas pela falta de iniciativa recaem sobre o INCRA/MT.

Na **região Norte (Alta Floresta)** é fortemente predominante a idéia que o crime agrário não existe mais, tendo sido superada a fase da sua

colonização. A ação da Polícia Federal no combate do crime ambiental, assim como o esgotamento dos recursos do garimpo e a redução da área de floresta também teriam amenizado o conflito agrário. Surgiu apenas uma referência à preocupação em função da região estar próxima do sul do Pará, onde crimes envolvendo invasões de terra seriam recorrentes. Mas trata-se mais de um incômodo com a ameaça da violência do que a constatação da efetivação da mesma.

Situação semelhante encontra-se na **região Nordeste (Vila Rica)**, onde o crime agrário tem ficado cada vez mais raro. A frase que melhor sintetiza tal avaliação é “*Diminuiu, hoje a gente nem escuta mais falar*”. Situação contrária ao momento em que a região foi povoada e até um passado recente, em que as mortes por lutas de posse de terra eram absolutamente constantes. Uma das principais razões para a redução do conflito é a atuação mais presente do Poder Judiciário na regulamentação da posse de terra.

Na região **Centro (sede Sorriso)**, a grande maioria dos entrevistados acredita que questão agrária já esteja avançada e apaziguada. A única citação à persistência do crime agrário se refere à invasão de posseiros a terras não documentadas nas proximidades de Tapurah.

Na **região Leste (Barra do Garças)**, o conflito agrário também é pouco freqüente, predominando casos de divergências entre fazendeiros sobre a delimitação de suas propriedades. Acredita-se que embora os conflitos possessórios persistam estes vem sendo resolvidos através da justiça, com constantes mandatos de reintegração de posse e apreensão de armas. Houve apenas uma menção sobre a existência de conflito armado e pistolagem nas disputas de terra, por um entrevistado de Água Boa. Embora existam assentamentos dos Movimentos do Sem Terra na região, este não tem gerado conflito com os proprietários rurais.

Sobre a **região Sudeste (Rondonópolis)**, mais uma vez, as situações de violência motivadas por conflitos agrários foram citadas como cada vez menos freqüentes, por operadores do Direito. Dos entrevistados na fase qualitativa, houve apenas uma referência à existência de conflitos agrários no município de Primavera do Leste. E o processo de judicialização de tais disputas foi mencionado como a principal razão para a redução da violência no campo. No entanto, parece importante ressaltar, que nos grupos focais,

lideranças locais fizeram referências ao fato de que ocorrências envolvendo violência acabam não sendo sequer registradas como conflitos agrários. Isto porque as vítimas não acreditam na punição dos infratores. E ainda a imprensa não destaca crimes e assassinatos como conflitos propriamente agrários. As maiores vítimas nestes casos são assentados e indígenas. E os infratores seriam os grandes proprietários de terra que não respeitam as demarcações definidas por lei dos assentamentos e das reservas indígenas.

Fora da fronteira agrícola, temos que na **região Sudoeste - Cáceres**, quando perguntados sobre a existência de crimes agrários, a maioria dos entrevistados afirmou positivamente, sendo o mesmo mais percebido pelos participantes de Vila Bela da Santíssima Trindade. No restante da região Sudoeste, nos municípios de São José de Quatro Marcos, Cáceres, Porto Esperidião, Pontes Lacerda, a avaliação predominante é que a questão agrária já se encontra em um estágio mais consolidado, uma vez que o movimento dos grileiros vem perdendo força. Ainda existem conflitos organizados pelo Movimento dos Sem Terra (MST), mas de maneira escassa e muito pontual, sendo imediatamente solucionados.

Já em Vila Bela da Santíssima Trindade, a situação de forte conflito ainda perdura. Muitos são os depoimentos que apontam para a distribuição errática de terras desde os anos 60 no município, marcada por alta concentração de terras, que configuram os latifúndios, e predominância de fazendeiros oriundos de São Paulo e Paraná, em detrimento da população local. Para tornar a situação mais grave, há no município um espaço remanescente quilombola, e a associação dos quilombolas reclama a defesa da titulação desta área.

Para grande parte dos entrevistados da **região Centro Oeste (Diamantino)** o crime agrário foi uma mancha no passado do MT, mas que hoje não preocupa mais, o que explica o nulo ou baixíssimo índice de percepção da violência nas regiões avaliadas. Tal estabilidade seria decorrente da regularização fundiária promovida pela justiça no estado. Já sobre os conflitos que ainda persistem, em sua maioria, eles são decorrentes de disputa de limite de propriedade entre fazendeiros vizinhos. Neste caso, os mandantes seriam os fazendeiros e as principais vítimas seriam seus funcionários e capatazes.

Houve apenas uma menção sobre a existência de conflito entre assentados e proprietários rurais em Nova Maringá. A prática da pistolagem foi reiteradamente dita como algo do passado, não mais presente na região. Em tais crimes, a arma branca é a mais utilizada, podendo ocorrer também a utilização de arma de fogo.

Situações de violência motivadas por conflitos agrários foram tidas como inexistentes nas regiões **Sul, com sede Cuiabá**, e **Oeste, com sede Tangará da Serra**, nenhum dos participantes disse conhecer casos sobre tal crime.

Textuais:

Temos muitos homicídios ligados ao conflito agrário. 90% de nossa área é ilegal, tem muita terra devoluta, terra da União. O camarada entra na terra do governo e aí começa a brigar pela posse de terra. Os posseiros disputam entre si, entre os madeireiros e fazendeiros. De fazendeiro, a gente pode chamar apenas aquele pequeno número de donos de fazendas que tem documento de fato. (Entrevista em profundidade Noroeste, Colniza)

Diminuiu, hoje a gente nem escuta mais falar. (Entrevista, Nordeste, Vila Rica)

O crime contra o meio ambiente foi mencionado como o principal e mais preocupante nas regiões Noroeste (Juína e Juara) e Nordeste (Vila Rica). Regiões de fronteira agrícola, muito recente, em que predominam ainda a extração vegetal e a queimada a fim de abrir espaço para a atividade pecuária.

No **Noroeste (Juína)**, os crimes mais recorrentes seriam: extração ilegal de madeira, desmatamento e queimadas, praticados por índios, assentados, fazendeiros e madeireiros. Quanto à atuação do estado, predominam críticas de paralisia ou de passividade na condução de medidas que possam reduzir os crimes e conflitos na região por parte do IBAMA. Entraves burocráticos como dificuldades e demora na aprovação de projetos para liberação de cortes de madeira, que seriam impostos pelo Instituto, estariam vinculados a pedidos de propina.

Já em relação aos crimes contra o meio ambiente na região **Noroeste (Juara)**, em toda a região, surgiram referências à existência de caça e pesca ilegais, queimadas, desmatamento e desrespeito aos limites da reserva legal nas fazendas. Contudo, a extração ilegal de madeira figura como a prática mais freqüente dentre os crimes listados. Os principais causadores de crimes contra o meio ambiente são desde os pequenos proprietários, sítiantes,

ribeirinhos e trabalhadores sem carteira assinada, até os grandes fazendeiros da região e empresários madeireiros. Também os donos de restaurantes são citados como causadores, uma vez que ao venderem peixe durante a piracema, acabam contribuindo para a pesca predatória nos rios da região. Mas dentre os presos pela prática destes crimes, ou seja, aqueles que são efetivamente punidos, quase sempre estão apenas os pequenos sítiantes e trabalhadores temporários. Quanto às vítimas, entrevistados e participantes dos grupos focais mencionam desde os próprios fazendeiros e madeireiros (vítimas da lei) até os que trabalham para as serrarias (que estão a mando do empresário verdadeiro interessado), além de turistas e da população em geral. Por fim, IBAMA e SEMA são vistos como agentes fiscalizadores ineficazes na maior parte das vezes, ou mesmo também vítimas de ingerência política que entrava ações mais focadas na prevenção a crimes ambientais. Polícia Federal é bem avaliada.

No **Nordeste (Vila Rica)**, os crimes mais recorrentes mais uma vez referem-se ao uso inadequado da terra: desmatamento e queimadas, devido às atividades da pecuária e plantação de cana de açúcar. Mas ocorreriam também pesca predatória e caça de animais silvestres. No caso dos desmatamentos e queimadas, os são mencionados como causadores os produtores rurais de pequeno a grande porte. A pesca predatória, sem a atenção e cuidados com a época da Piracema, seria praticada por moradores da região e turistas. Ademais é possível constatar a descarga de lixo no rio sem qualquer tipo de tratamento prévio, como faz um frigorífico na cidade de Vila Rica, aponta um entrevistado.

Tem-se no Nordeste (Vila Rica) a mesma leitura elaborada em Noroeste sobre a atuação do estado. Registra-se a ausência ou deficiência da fiscalização da região, justificada em grande parte pela inexistência de unidades da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e do IBAMA em alguns municípios como naqueles da comarca de Confresa.

Na região **Norte (Alta Floresta)**, depoimentos ainda apontam para a persistência do crime contra o meio ambiente. Mas o pensamento mais comum é que “*havia muitas irregularidades, mas aí veio a lei*” e as práticas mudaram. Os crimes que ainda ocorrem são extração e comercialização ilegal de madeira, desmatamento e queimadas praticadas por fazendeiros, posseiros e

madeireiros e contariam com a ausência e com as falhas de fiscalização da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Há ainda os casos em que as pessoas se aproveitam da situação de irregularidade da terra para driblarem a lei ambiental.

Em Colniza, seguindo a tendência verificada na região, os crimes contra o meio ambiente teriam sido reduzidos em decorrência da atuação da Polícia Federal no combate dos mesmos e também pelo esgotamento dos recursos do garimpo e da redução da área de floresta.

Na região **Centro (Sorriso)**, os entrevistados tendem a dizer que a conscientização já chegou por lá. Em Lucas do Rio Verde, acredita-se que o município vem dando exemplo na medida em que os seus produtores rurais estão investindo em programa de regularização do passivo ambiental. Mas a ocorrência de crimes ambientais foi citada em Nova Mutum, onde desmatamento, pesca ilegal e principalmente uso abusivo de agrotóxico seriam as irregularidades mais recorrentes. Os causadores seriam sobretudo os fazendeiros. Depoimentos apontam para o excesso de defensivo agrícola nos plantios de soja e algodão. Em relação ao controle do estado, destaca-se a avaliação negativa, citações que o governo do MT faz “vista grossa” para tais crimes, sendo permissivo.

Já na região **Centro Norte (Sinop)**, foram registrados casos de desmatamento e extração ilegal de madeira, queimadas, caça predatória e contrabando de animais. A atuação de órgãos de Estado aparece entre os participantes como ineficientes no combate a este crime, em razão da falta de fiscalização, ou extremamente burocráticos e morosos, acabando por atuar indiretamente na incidência dos mesmos. Além disso, muitas falas apontam a impunidade em relação a grandes violações ao meio ambiente, em meio à rigidez em relação às pequenas infrações. Esta última percepção, por sinal, quase sempre está relacionada à presença de corrupção por parte do poder público. Os principais causadores seriam os grandes fazendeiros com o envolvimento de agentes da Secretaria de Meio Ambiente e do IBAMA. Quanto às principais vítimas, além da ausência de referências, as poucas que surgem indicam a população em geral, e não um grupo específico de pessoas.

Já na região **Leste (Barra do Garças)**, desmatamento e extração de madeira não seriam tão recorrentes, porque a mesma encontra-se em uma área de vegetação de cerrado, ademais o que havia de mata já foi devastado, estando agora no momento da restauração da área degradada. A queimada vem sendo bastante praticada por pequenos e grandes fazendeiros e também pelos índios. A pesca predatória acontece sobre tudo na região do vale do Araguaia e é cometida por turistas, não estando vinculada a qualquer tipo de quadrilha ou crime organizado. Havia até recentemente ocorrências de garimpo ilegal na região. Por fim, mais uma vez, registra-se o distanciamento da SEMA e do IBAMA no controle dos crimes ambientais, particularmente das queimadas, que são os mais freqüentes.

Já na região **Sudeste (Rondonópolis)** os crimes contra o meio ambiente preocupam mais os moradores nos municípios de Alto Araguaia, Primavera do Leste e Rondonópolis. Entre as entrevistas em profundidade, a maioria indicou a existência deste tipo de crime, mencionando desmatamento, queimada, invasão de reserva legal, construções em áreas de preservação ambiental, garimpo, pesca predatória e tráfico de animais como as ocorrências mais comuns.

Quanto às razões e principais causadores dos crimes contra o meio ambiente, foram apontados, desde donos de restaurantes que queimam restos de alimentos e compram a pesca em época da Piracema, a grandes produtores de soja que burlam a lei no que se refere à questão da reserva legal; passando por acampados que ficam à beira das estradas, madeireiros e pequenos produtores.

A atuação do poder público em relação a crimes contra o meio ambiente é sentida na repressão da PM sobre a pesca e caça ilegal, atuando sobre pequenos infratores. Por outro lado, surgiu crítica quanto ao abuso de poder da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), que estaria multando por queimadas fazendeiros que não teriam ateado fogo no campo, tendo tudo ocorrido de maneira acidental, em muitos casos. E críticas sobre a falta de atuação da SEMA em fiscalizar queimadas provocadas propositalmente também surgem.

Na **região Sul, com sede em Cuiabá**, entre os entrevistados da fase qualitativa e os integrantes do grupo de discussão, apenas três mencionaram a

existência de conflitos ambientais, particularmente nos municípios de Poconé e Várzea Grande. Os crimes ambientais mais comuns referem-se ao uso inadequado de áreas de preservação permanente – APPs, poluição decorrentes do uso de mercúrio no garimpo e desvio do curso de rio para a piscicultura. No caso de irregularidades como o desmatamento e o desvio dos rios para a construção de tanques de piscicultura, os principais responsáveis seriam os próprios fazendeiros. Ainda quanto a estes crimes, faltam atuação e fiscalização por parte da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) no município de Poconé, é apontado. Já no que se refere ao crime cometido pelas mineradoras, afirma-se o desempenho do Ministério Público como órgão fiscalizador da autorização do Ministério de Minas e Energia e das licenças ambientais.

Em **Sudoeste (Cáceres)** os crimes mais recorrentes são: extração de madeira, desmatamento, queimada e pesca predatória. O município de Vila Bela viveu de extração de madeira por muito tempo, chegava a ter nove serralherias, de acordo com o depoimento de um participante da pesquisa. Hoje, ele informa a existência de duas ou três serralherias. Ou seja, a incidência do crime vem sendo reduzida, mas ele ainda persiste. Liderança em Vila Bela menciona a prática de suborno envolvendo madeireiros e policiais.

Na **região Oeste (Tangará da Serra)**, dentre os crimes contra o meio ambiente destaca-se a prática da queimada, que perpassa os diversos segmentos que vão dos assentamentos ao agro negócio. Tem-se ainda a poluição dos rios com destroços e lixo urbano. Mais uma vez, ao avaliarem o desempenho do Estado no combate ao crime contra o meio ambiente, surgiram referências a limitações dos órgãos competentes, a SEMA o IBAMA, em cumprir o seu papel de fiscalização do crime.

Quanto aos crimes ambientais na região **Centro Oeste (Sede Diamantino)**, destaca-se a extração de madeira, queimadas e tráfico de animais. Não chegam a ser crimes que envolvam violência contra as pessoas. De modo geral, eles são cometidos por proprietários rurais que desejam expandir a área agricultável de sua fazenda ou por aqueles, que sem empregos, e contando somente com sua motosserra, cortam madeira para prover o sustento de suas famílias. Tais infratores não são percebidos como criminosos por parte da população local, mas pelo contrário como

trabalhadores. Estes crimes tendem a ser fiscalizados pela SEMA, IBAMA e pela Polícia Federal. Temos de maneira constante a crítica de que a falta de agilidade dos órgãos fiscalizadores em liberar projetos para cortes terminam por colocar “homens trabalhadores, que nunca fizeram mal a ninguém, presos, deixando a sua família em situação de fome”.

O fato da prática da extração ilegal da madeira não ser considerada um crime e a percepção que quem comete a infração são pessoas que não ameaçam a sociedade (diante da inexistência de violência física na hora da extração e da prisão) levam a população a não se preocupar com tal tipo de crime. Os fatores histórico, cultural, econômico e social – ao contrário – fazem aumentar a tolerância com a infração. Neste caso, surgem reclamações de que a lei não veio associada a um planejamento econômico que ofereça uma atividade alternativa para os madeireiros se sustentarem.

Sobre o desempenho da polícia, predomina a percepção de que a polícia não tem cumprido o seu papel de investigar os autos de infração relacionados com o meio ambiente, precisando dos promotores assumirem tal tarefa. Por fim, vale destacar que ocorrem menos crimes agrários e rurais em São José do Rio Claro, onde as fazendas já se encontram desmatadas, e mais crimes em Nova Maringá e Brianorte, áreas ainda inexploradas.

Textuais:

- Isto (crime ambiental) ocorreu muito no passado. Com a ação da Polícia Federal e a maior conscientização da população, foi reduzindo.

- Também o garimpo acabou, a floresta reduziu, então a população está mais atenta.

- Veio a lei.

- No passado, nós fomos provocados a desmatar. Hoje as pessoas estão mais conscientes da necessidade de preservar as nascentes, dos nossos rios. Falta muita coisa ainda. (Grupo focal, Norte, Colider)

Os próprios funcionários do IBDF e do IBAMA faziam questão de levantar alguma coisa do pessoal que estava extraindo madeira para poder pedir propina. Então era normal quem queria trabalhar direito e não conseguir ter o seu projeto aprovado. A lei serve para que o funcionário corrupto se beneficie dela. (Grupo focal, Noroeste, Juína)

Não tem muito crime voltado para a extração de madeira porque é região de cerrado. Então não têm muitos daqueles desmatamentos enormes, mas tem muitas queimadas ainda. Aqui, temos crimes de pesca predatória, mas não é de crime organizado. As pessoas vem pescar na piracema ou mesmo fora da piracema e acaba pescando um volume maior. Não são crimes organizados como na região da Amazônia. (Entrevista em profundidade, Leste, Barra da Garça)

Violência contra a pessoa nesses crimes não tem, apenas a violação das regras ambientais, pelo menos que eu tenho notícia. muito problema com transporte de madeira, sem a devida licença, madeiras essas extraídas de forma irregular, muito envolvimento de agentes da SEMA, do IBAMA, para contribuição da ocorrência desses crimes, da corrupção envolvido. Sinop é uma região que tem muitas madeiras e se instalou aqui uma organização criminosa que sempre tem como escopo facilitar a degradação do meio ambiente como se fossem listas, inclusive as operações recentes ocorridas aí no Estado deve mostrar isso.(Entrevista em profundidade, Centro Norte, Sinop)

4 - Violência contra a mulher, exploração sexual de crianças e adolescentes, prostituição, trabalho infantil e trabalho escravo

Situações **de violência contra a mulher** foram mencionadas em praticamente todas as cidades nas quais houve entrevistas e grupos focais. Os principais agressores figuram entre maridos, companheiros ou namorados das vítimas, no caso, predominantemente mulheres. Pouquíssimas foram as referências quanto às vítimas serem homens agredidos por mulheres.

Em relação ao perfil sócio-econômico das vítimas (e, indiretamente, dos próprios agressores), é comum a opinião segundo a qual, embora tal crime

possa ocorrer nas mais diversas camadas da população, ele é mais frequente entre famílias pobres, desestruturadas, bem como de baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação profissional, e em situações de desemprego. Haveria também uma maior frequência de violência doméstica em zonas rurais ou periféricas do que em urbanas ou em bairros mais valorizados. No entanto, vários casos foram relatados envolvendo vítimas e agressores de classes sociais mais altas.

Destaca-se ainda a percepção da violência doméstica como algo que afete mais as mulheres pobres por conta da dependência financeira da vítima em relação ao agressor, levando a que muitas mulheres não prestem queixas ou, quando denunciam, acabem se arrependendo, o que levaria à impunidade. No entanto, casos de impunidade também são comuns entre famílias de classe média e alta, uma vez que a exposição pública da violência acaba sendo a última alternativa recorrida tanto por vítimas como por agressores de grande visibilidade e reconhecimento social. Como em diversas ocasiões a denúncia é feita não apenas pela vítima, como também por vizinhos ou parentes, a repercussão da violência doméstica acaba reforçando a sensação de maior incidência entre camadas mais pobres, uma vez que em classes sociais mais abastadas a blindagem sócio-espacial é mais reforçada.

As agressões raramente ocorrem mediante o uso de armas de fogo, mas mais frequentemente através de cabos de vassoura ou objetos de madeira, armas brancas e outros objetos perfurantes, agressões corporais como socos, murros, empurrões ou pontapés, estupros, etc. Embora sejam raros, homicídios também ocorrem. Por outro lado, há diversas referências à violência não física, como ameaças, ataques verbais e assédio.

Dentre os motivos alegados por entrevistados e participantes de grupos focais, figuram as dificuldades financeiras do lar; a dependência econômica da mulher em relação ao homem (que termina por recobri-lo de poder e dominação sobre ela); situações de alcoolismo e embriaguez; consumo de drogas ilícitas; desavenças provocadas por ciúmes; término de relacionamentos; o próprio perfil violento dos criminosos, assim como indicações de uma espécie de ciclo vicioso, no qual o agressor de hoje já fora vítima de violência no passado; por fim, pelo aspecto cultural mais amplo de enraizamento do machismo e do estereótipo de valentia masculina.

A percepção da atuação do Estado no combate à violência doméstica pode variar de região para região. Na região Nordeste (Vila Rica), a percepção geral é que a Polícia Militar é chamada para amenizar os ânimos dos envolvidos e prender o agressor, no entanto, predomina uma avaliação negativa, que enfatiza o fato de que os policiais tendem a atrasar o atendimento por apostar que o casal possa resolver a situação por si mesmo. Tal avaliação foi recorrente também em outras regiões.

Na região Leste (Barra do Garças), a percepção é a de que a Lei Maria da Penha é amplamente conhecida e apresenta grande efeito preventivo, uma vez que inibiria os homens de agredirem suas companheiras. No entanto, pelo fato da Lei estar num momento inicial, causaria ainda alguns revezes, como por exemplo, o não encorajamento das mulheres em denunciar seus agressores, temendo que tipo de punição seja destinado ao companheiro. Ainda, a possibilidade, prevista em lei, de a requerente retirar a denúncia seria um entrave para a justiça, na medida em que situações de dependência econômica, como as mencionadas acima, pesariam fortemente na decisão da vítima não levar em frente à denúncia. Nesta região houve relatos de casos em que mulheres que denunciaram seus parceiros com base na Lei Maria da Penha e depois, arrependidas ou pressionadas pela dependência econômica, retiraram a queixa, foram depois mortas pelos seus companheiros uma vez postos em liberdade.

A Lei Maria da Penha também foi destaque na região de Rondonópolis, onde vários comentários contraditórios a respeito de sua eficácia foram reportados. Assim, a Lei é tanto vista como elemento inibidor destes crimes, como potencial causador de situações suscetíveis de desembocar em violência doméstica ainda mais grave, chegando a mortes. Em algumas ocasiões, as críticas não recaem tanto à Lei Maria da Penha quanto à forma de sua implantação, particularmente ao acompanhamento necessário às mulheres vítimas de agressão – com a construção de casas de amparo para quem denuncia os seus parceiros; à efetiva punição dos responsáveis; e à morosidade na aplicação da lei por parte de operadores do direito nas cidades.

Ainda nesta região, a atuação da Polícia Civil foi igualmente percebida de forma contraditória, ora enfatizando seu bom desempenho, ora registrando casos de delegados envolvidos na proteção a agressores. A percepção foi

diferente quanto ao trabalho da Polícia Militar, elogiada pelo pronto atendimento às vítimas e prisão de agressores.

Na região Centro (Sorriso), as poucas menções a respeito da atuação das polícias foram negativas, particularmente em relação ao desempenho da Polícia Civil. Tanto nas entrevistas quanto no grupo focal houve referências diretas quanto ao atendimento dado às vítimas, de tal forma que terminaria por inibir a formalização da queixa e registro de ocorrência.

Por fim, na região Noroeste (Juara) houve queixas quanto à inexistência de uma rede de amparo às mulheres vítimas de violência doméstica e à ineficácia da Lei Maria da Penha em coibir este tipo de criminalidade.

Com que freqüência os crimes que envolvem violência doméstica foram associados à atividade de garimpo e à migração de trabalhadores para as jornadas sazonais do agronegócio. Na região Nordeste Vila Rica, moradores apontam que a centralidade do garimpo na história da região deixou como seqüelas os crimes domésticos como violência contra a mulher e abuso sexual de crianças e adolescentes. Em Tanguará da Serra, baseados no mesmo princípio que a migração de homens sem famílias para trabalhos sazonais leva à desordem da moralidade familiar, moradores argumentam que trabalhadores empobrecidos bebem, abusam e violentam adolescentes e mulheres.

Textuais

- Tem situações diferenciadas, existe aquela que apanha porque quando o marido chega em casa bêbado, com todo o sofrimento que ela está, ela vai xingar ele. Ele vai agredir ela, uma, duas... Vira rotina.

- Existe o caso do marido que acha que a mulher está traindo ele ou da mulher que acha que o marido está traindo ela vira um briguento e há agressão mútua. E tem ainda a mentalidade que a mulher foi feita para lavar, passar, apanhar e servir ao marido. (Grupo de discussão, Noroeste, Juína)

O exemplo clássico é o seguinte, o cara trabalha a semana inteira, e ao chegar no final de semana, ele se acha no direito de ir sozinho para o boteco e a mulher ficar cuidando das crianças, fazendo a janta e esperando o cara. Quando ele volta, às 2 horas da manhã, bêbado sem completo domínio das suas ações e reações, a mulher ao indagar sobre "onde ele estava? o que estava fazendo?", ele já se julga, a partir do domínio desse senso comum machista, em condição de agredir a vítima. Ai há um problema cultural que é a sensação de posse que o homem tem em relação à sua esposa, sua companheira, isso é muito perceptível. Sobre as infrações cometidas após a separação, verifica-se que o sujeito não entende, não concorda, que ele não tenha mais a propriedade da mulher. Ele não concebe que a mulher tenha o direito de, não estando feliz naquela relação, buscar uma

nova relação, buscar um novo companheiro. (Entrevista em profundidade, Leste, Barra do Garças)

Dá-se entre os amancebados. O homem nordestino é muito violento, aqui a gente chama de Alagoano, mas são alagoanos, baianos que deixaram a família para trás e vieram trabalhar na usina daqui. Aqui arrumaram outra mulher, questão cultural, não é muito apegado em família. (Entrevista em profundidade, Norte, Peixoto Azevedo)

A mulher interrompe o processo porque quer conservar a família, o casamento, e assim ela acaba perdendo o parceiro. Justificam ainda a dependência econômica e a pressão social. (Entrevista em profundidade, Leste, Barra do Garças)

As pessoas que estão na polícia Civil não tratam bem as mulheres quando elas vão fazer uma queixa sobre violência doméstica. Elas chegam a ter medo da maldade deles, por isto acaba não confiando. (Grupo focal, Centro, Sorriso)

Quando a gente vai acompanhar algumas mulheres para fazer o procedimento na delegacia, a gente vê que o próprio ambiente físico é ruim. (Grupo focal, Centro, Sorriso)

Situações envolvendo **abuso sexual de crianças e adolescentes** foram relatadas em todas as regiões do Estado. Em quase todas as regiões, o limite entre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é bastante tênue, embora casos de pedofilia e prostituição infantil constituam duas modalidades distintas de violência e criminalidade. Em muitos depoimentos esta situação limítrofe tem como explicação situações de marginalidade e pobreza das vítimas e suas respectivas famílias.

No caso específico de abuso sexual, casos de pedofilia e incesto ocorrem, sobretudo, em ambiente doméstico, tendo como principais causadores pais, padrastos, tios, primos, irmãos, vizinhos ou alguém com bastante carisma e confiança entre as crianças e adolescentes, predominantemente meninas, ainda que não exclusivamente. Algumas referências foram feitas quanto à cumplicidade da própria família, particularmente da mãe, “a primeira a saber e a última a acreditar”, como consta em um depoimento da cidade de Barra do Garça. Quanto ao perfil sócio-econômico e cultural de vítimas e agressores, enfatiza-se a situação de baixa renda; pobreza e marginalidade; baixa escolaridade dos agressores e da família; situações que facilitariam a presença de estranhos no ambiente doméstico; cultura de alta mobilidade e desestrutura familiar, no caso, baseada em migrações inter-regionais de trabalhadores sem qualificação como para o

garimpo e o trabalho na colheita da agricultura. Tais crimes ocorreriam tanto em zonas rurais como urbanas. A detecção do crime é facilitada pelo acesso da criança à escola, onde professores acabam percebendo e relatando casos suspeitos ao Conselho Tutelar.

Ainda que tais crimes sejam cometidos, sobretudo contra filhas de mulheres pobres e dependentes economicamente de seus parceiros, situação agravada em casos envolvendo padrastos; casos de abuso sexual em famílias de classe média não seriam incomuns, embora mais difíceis de tornarem se publicamente reconhecidos, sendo antes acobertados ou resolvidos sem o recurso à denúncia policial e abertura de inquérito. Haveria ainda situações em que os agressores são profissionais liberais de classe média, e nestes casos o limite entre a pedofilia e abuso sexual e prostituição são mais tênues. Casos como estes foram relatados na região de Diamantino. Nesta mesma região uma parte dos entrevistados mostrou-se bastante preocupada com os crimes de abuso sexual em virtude dos traumas trazidos às crianças e adolescentes no decorrer da vida. Outra parte demonstrou pouca preocupação, uma vez que o perfil dos agressores raramente se assemelharia ao de estupradores que agem nas ruas, ao contrário, seriam pessoas que avançariam apenas diante de certo grau de consentimento. Outra parte ainda sequer identificou o agressor como criminoso, entendendo o crime como resultado da falta de controle e cuidado da mãe e/ou da família desestruturada.

Em geral, nos crimes de natureza sexual, particularmente de abuso sexual de crianças e adolescentes, o uso de armas de fogo é extremamente raro, pois na maioria das vezes o processo é marcado pela sedução, coação e/ou ameaça psicológica. Entrevistados e participantes de grupos focais acreditam que as crianças e adolescentes tendem a ficar muito coagidas e fragilizadas quando assediadas por aqueles que deveriam lhes dar proteção, terminando por se entregar sem resistência. No caso de haver algum tipo de recusa por parte da vítima adolescente, o abusador poderia ainda fazer uso de ameaças para fins de aliciamento.

O vínculo entre abuso sexual e consumo de álcool e drogas também é, em geral, visto de forma muito reticente, uma vez que o agressor, seja parente ou alguém próximo da família, quase sempre age de forma a demonstrar confiabilidade.

Por fim, haveria ainda outro tipo de abuso sexual, neste caso envolvendo meninas adolescentes, de treze e quatorze anos, que se relacionam com homens mais velhos, com mais de quarenta e cinquenta anos, podendo terminar em casamento, muitas vezes com a permissão e mesmo incentivo dos pais.

Embora todos tenham conhecimento da existência de tal crime, as pessoas nem sempre se demonstram à vontade para tratar do mesmo, ele é tido como de foro íntimo por parte dos entrevistados. Ademais, para boa parte dos entrevistados não há qualquer tipo de criminalidade em tais assédios, na medida em que muitas mulheres – quando crianças – foram abusadas por pais, padastros – sempre em silêncio - e terminaram por se casar muito cedo, por vezes, também com homens muito mais velhos com enorme normalidade.

As percepções da atuação do poder público em relação a abuso sexual de crianças e adolescentes também são distintas conforme as regiões do Estado. Em geral, predominam os depoimentos nos quais o combate a este tipo de criminalidade esbarra na própria dificuldade da própria formalização da queixa.

Na região Noroeste (Juína), entrevistados e participantes de grupos focais relataram que dificilmente as famílias da vítima fazem a denúncia, sendo mais usual professoras atentarem para o comportamento das crianças e adolescentes e, havendo suspeita, iniciarem um processo de investigação mediante conversa com a possível vítima ou o acionamento do Conselho Tutelar.

Percepções semelhantes foram registradas nas regiões Leste (Barra do Garças) e Centro-Oeste (Diamantino). No caso de Barra do Garças, reuniões entre Poder Judiciário, Ministério Público e professores tem sido feitas no sentido de sensibilizar os últimos acerca do comportamento de seus alunos. Para os entrevistados e participantes de grupos focais desta região, os professores são vistos como os principais detectores de assédio sexual contra crianças e adolescentes, através de manifestações não verbalizadas, uma vez que entre agressor e vítima paira um pacto de silêncio e intimidação impostos pelo primeiro. Em razão disto, este mesmo grupo cobra mais preparo psicológico dos policiais na investigação e prevenção deste tipo de criminalidade.

Já na região Centro-Oeste (Diamantino), as entrevistas e grupos focais admitiram que, embora os professores sejam peças-chaves na detecção e mesmo no combate a casos de abuso sexual, nem sempre as escolas estão preparadas para levar adiante o apoio material e psicológico necessário às vítimas e às famílias.

Comentários mais explícitos sobre a atuação das polícias Civil e Militar no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes surgiram apenas em Nova Mutum e Sinop, onde menções foram feitas ao trabalho coordenado entre as duas polícias e o Conselho Tutelar, em geral, visto como positivo. Mesmo assim, em Sinop houve críticas ao despreparo da Polícia Militar e à falta de equipes de apoio às vítimas, como psicólogos e assistentes sociais.

Textuais

Os principais causadores são os padrastos e pais, é o poder familiar que eles exercem sobre a criança, sobre o adolescente, o poder de mando, de ser o esteio, o sustento da casa. A mãe é partícipe deste crime, porque não quer falar. (Entrevista em profundidade, Sul, Poconé)

O abuso sexual acontece dentro de casa e em todas as classes. Quando eu cheguei aqui na cidade há 10 anos teve um caso no hospital. Uma menina de dez anos estava tendo um filho. E quem era o pai do bebê? O avô, pai da menina de 10 anos, que era um fazendeiro. (Entrevista em profundidade, Noroeste, Juina)

Geralmente ele não se utiliza de arma, mas só de ameaça e, às vezes, o agressor nem precisa fazer o uso de grave ameaça, porque a criança ou adolescente já está tão fragilizada por estar sendo violentada por alguém da confiança dela que ela já se entrega, acho que ela pensa assim: poxa a pessoa em quem eu deveria confiar, que é a pessoa que deveria me proteger, está fazendo isso, então, eu não tenho mais a quem recorrer?! (Entrevista em profundidade, Noroeste, Aripuanã)

Essa coisa da mulher sofrida de zona rural e teve vários maridos e geralmente os maridos são mais jovens que elas. Agora mesmo chegou um caso bem recente de uma mãe que tinha duas meninas, que foram abusadas pelo marido. Inclusive a menina já estava falando de fugir com o marido, uma menina de nove anos disputando o marido com a mãe. Uma casou com doze, treze anos para fugir do padrasto e a outra desde oito anos, sete anos sendo abusada pelo padrasto e o padrasto confessou o crime e disse que estava ali com a mãe só esperando a menina crescer um pouco mais que ia fugir com ela. A mãe já tinha visto as meninas mesmo falarem que várias vezes o cara saía da cama dele e ia para o quarto delas e ficava com elas lá e a mãe escutava tudo. Ela via ele mexendo com as filhas dela e tudo?! Eu até denunciei ela como co-autora dos estupros das filhas. A gente questionou: Mas por que você não fazia... O cara te ameaçava, te batia, ele era violento? Não, ele não era violento. Eu falei: Mas, então, por que você não fez nada? Você já foi abusada? Ela: Sim, pelo meu pai. Então você vê

que é um ciclo, como aconteceu com ela e ela sobreviveu, a tendência é achar natural, tem que se submeter a isso. Tem um aspecto cultural muito forte. Eu tenho um caso de uma menina que foi abusada pelo vizinho, pelo padrasto e pelo irmão. A geografia favorece, porque é muito isolado, ninguém tem contato e aí é aquela coisa não tem televisão, tem muitos lugares que não tem rede elétrica ainda e tal, então isso favorece bastante. (Entrevista em profundidade, Sul, Poconé)

Pais e padrastos acham normal abusar de crianças, que é um direito deles. “Não vou criar a menina para os outros, vou criar para mim.” (Entrevista em profundidade, Sudoeste, Cáceres)

- Ocorre, apareceu ai outro dia que um motorista de ônibus molestava a enteada.
- Filho que não mora com o pai biológico está sofrendo vários tipos de abuso.
- O número de casos vem aumentando.
- A mãe fala: Eu também já passei com isto e estou aqui.
- A mãe fala: Não conta se não você vai ficar sem comer.
- Quando o conselho tutelar chega na casa e a gente vê que existe um padrasto, a mãe conta que a criança esta indo mal na escola, já são dois sinais que merecem a atenção. (grupo focal, Sudoeste, Porto Esperidião)
- Os policiais não estão preparados para tratar das vítimas de violência principalmente em relação à mulher e exploração sexual de menor.
- Falta uma equipe de apoio, psicólogos, equipe técnica, assistente social etc... (Grupo focal, Centro Norte, Sinop)

Da mesma forma que crimes de abuso sexual, casos envolvendo **prostituição infantil e de adolescentes** foram mencionados em todas as regiões, embora nas regiões Noroeste (Juína), Nordeste (Vila Rica), Leste (Barra do Garças), Sudeste (Rondonópolis), Sul (Cuiabá) e Sudoeste (Cáceres), os entrevistados e participantes dos grupos focais demonstraram mais preocupação e/ou assumiram ser este um dos principais crimes da respectiva região.

Na região de Juína, os moradores justificam a incidência de prostituição infantil com base na pobreza decorrente das atividades da extração de madeira e do agro-negócio, que atraem trabalhadores sazonais empobrecidos e sem famílias e ainda caminhoneiros para o transporte das safras, ambos públicos aumentariam a demanda da prostituição. No caso de Vila Rica, tem-se o histórico de garimpo, como já foi mencionado. Em Barra do Garças, a prática de prostituição infantil e de adolescentes seria fomentada pelo turismo local.

Em Cáceres, a prostituição de meninas estaria atrelada ao tráfico e consumo de drogas.

A percepção geral é de que a vítima típica deste tipo de crime recai sobre a criança e adolescente pobre, do sexo feminino, vítima da miséria e de famílias desestruturadas, cuja falta de perspectiva de vida serve como justificativa para vender seu corpo. Há também situações nas quais a miséria não é tão grave, mas o desejo por produtos como celulares, roupas de marcas, e outros itens cria condições para a prostituição precoce. São freqüentes os relatos indicando haver desconhecimento, distanciamento ou mesmo a convivência da família, ou mesmo casos em que a prostituição infantil pode ser negociada entre as mães e homens de classe média alta, que compram os serviços prestados pelas meninas virgens, segundo o depoimento de um operador do direito da cidade de Barra do Garças.

Embora menos incidente, há também ligação entre as adolescentes que se prostituem e o uso de drogas ilícitas, cujo vício também acaba contribuindo para a dependência em relação à prostituição. Também fatores, como turismo, acabam contribuindo, sobretudo durante a temporada de verão, momento em que a presença de estrangeiros pode incentivar ao mesmo tempo a prostituição e o consumo de drogas.

Quanto aos que se beneficiam deste tipo de crime, no lado oposto figuram os clientes, na maior parte trabalhadores em trânsito (como caminhoneiros, trabalhadores sazonais, trabalhadores de garimpo) e homens da sociedade, em geral casados, de distintas classes sociais. Há relatos afirmando ser esta uma prática que tende a excluir a figura do agenciador, ocorrendo por vontade das próprias adolescentes em adquirir produtos incompatíveis com sua situação familiar original. Assim, a figura do “cafetão” ou de intermediários ligados a casas de prostituição é apontada de forma reduzida, como se este fosse, na verdade, o último elo de um conjunto de circunstâncias anteriores que conduziram à prostituição de crianças e adolescentes, predominando antes uma estrutura pouco profissional como ambiente para a prática deste crime, embora em cidades como Confresa, da região Nordeste (Vila Rica), fosse relatada a existência de uma rua inteira com prostíbulos onde a prática de exploração de menores é relativamente comum. Neste último caso, a presença de meninas de regiões do Norte do país é

garantida através do empenho de agenciadores, responsáveis por este transporte. Outro agente recorrente é o dono de bar, que tem uma mesa de sinuca na frente do estabelecimento, a venda de bebidas e ainda quartos nos fundos, onde se prostituem, inclusive adolescentes.

De todas as regiões, chamou à atenção a situação de Peixoto de Azevedo, cujos entrevistados e participantes de grupos focais relataram o fato de a cidade ter um alto índice de exploração sexual de menores, em decorrência de três fatores principais: a) da herança deixada pela prática do garimpo no município; b) da localização geográfica do município, à beira de uma rodovia e c) da presença de atividades ligadas ao turismo. Em outras cidades próximas a rodovias e/ou vivendo do turismo houve relatos apontando a existência de prostituição infantil.

Uma percepção comum para grande parte dos entrevistados e participantes de grupos focais é quanto à dificuldade de denunciar, investigar e punir este tipo de crime, sobretudo se houver entre os “clientes”, pessoas de prestígio e até mesmo autoridades locais, o que não é incomum. Isto é constatado através de depoimentos na região Nordeste (Vila Rica), que se referem à atuação do Estado no combate à exploração como ineficiente, embora o Ministério Público tenha conhecimento de tal realidade e faça denúncias recorrentes. A falta de articulação entre as polícias Civil e Militar e um plano de atuação que reduza esta criminalidade é apontada, assim como casos em que policiais, conhecendo donos de prostíbulos ou de bares em que ocorrem tais práticas, apreendem um ou outro indivíduo, que logo depois é posto em liberdade, o que acaba mantendo a situação anterior. O despreparado dos policiais e a ausência de equipes de apoio às vítimas também foi percebida na cidade de Sinop.

Situação diferente foi registrada na região Leste (Barra do Garças), onde a atuação conjunta entre o Ministério Público, o Conselho Tutelar e as polícias civil e militar acarretou no fechamento de dois estabelecimentos, além de investigações conduzidas pela polícia civil ter descoberto e reprimido até mesmo uma rede de tráfico de mulheres para a Europa, dentre elas, várias adolescentes. Ainda nesta região, a atuação da defensoria pública é percebida como positiva, dado seu empenho no sentido de promover debates e levar a

conscientização contra os crimes de prostituição infantil e de adolescentes e consumo de droga.

A mesma percepção positiva foi sentida na região Sudeste (Rondonópolis), onde, a despeito da debilidade estrutural e do pouco efetivo das corporações, a atuação das polícias Civil e Militar é eficaz contra casos de exploração sexual mediante denúncias formalizadas.

Textuais

A menina vê um vestido, uma sandália bonita que a amiga tem e quer também e ai vai se prostituir. O menino vai para o tráfico de droga. Muito homem de classe social boa envolve-se com estas menores, falta de prudência, quando vê, está preso. (Entrevista em profundidade, Oeste, Nova Olimpia)

Além dos caminhoneiros, porque tem a BR aqui, tem pessoas da alta sociedade com poder (advogados e pessoas que tem poder), aliciadores que levam as meninas para as festas nas fazendas dos ricos. (grupo focal, Norte, Alta Floresta)

Prostituição infantil é um problema grave em Peixoto por conta da cultura do garimpo. Por não ter uma estrutura familiar, as meninas acabam iniciando a vida sexual muito cedo. Estamos na porta da BR-63, também. (Entrevista em profundidade, Norte, Peixoto Azevedo)

Elas não têm um local próprio. O pai vai embora trabalhar em outra região, a mãe fica sozinha, sai para trabalhar, deixa os filhos sozinhos. A prostituição sexual hoje em Peixoto é com muita clareza fruto da pobreza. Lá no distrito União do Norte - região que tem um grande assentamento - eu ouvi um comerciante me dizer que o trabalho contra a exploração sexual infantil estava vindo tarde porque ele já não agüenta mais ver a menor indo ao seu estabelecimento fazer compra com o próprio cliente em troca do uso do corpo.

- Quando começou o município, a Rua do Comércio, que era a rua principal, era cheia de prostíbulo. (Grupo focal, Norte, Peixoto Azevedo)

Há ações penais contra determinados estabelecimentos comerciais que mantinham menores, que alugavam quartos pra menores fazerem programas e consumirem bebidas do próprio bar. O explorador é aquele que mantém o bar com a mesa de sinuca na frente e camufla quartos no fundo para angariar clientes. (Entrevista em profundidade, Leste, Água Boa)

- Nos hotéis, eles chamam de cardápio a lista de meninas disponíveis. Tem o nome da pessoa e a descrição.

- No cardápio, escrito, não tem as meninas, mas na conversa, aparece. Se ele preferir este serviço...

- Conselho Tutelar e Ministério Público, que atuam no caso de prostituição infantil, dão em cima, a polícia vai de segurança para dar um apoio. (Grupo focal, Leste, Barra do Garças)

Situações envolvendo **trabalho infantil** estão dispersas em várias regiões do Estado, embora em algumas delas sequer houvesse menção a tais ocorrências. Em geral, nas regiões em que a prática foi detectada, foi vista de maneira residual, ou de forma a pouco preocupar a população em geral. O trabalho infantil é avaliado como decorrente de aspectos financeiros e culturais. Dentre os primeiros, a necessidade dos filhos contribuírem para o orçamento doméstico de famílias de baixa renda; pelos aspectos culturais, graças à idéia de que as crianças e adolescentes, mais vulneráveis à presença de aliciadores e traficantes de drogas, estariam mais bem protegidas através do trabalho, o qual as abrigaria da sedução das ruas, da criminalidade, do abuso e exploração sexual, etc. E na labuta, aprenderiam o valor do trabalho, uma profissão, a partir da qual poderiam sobreviver. Assim, em alguns depoimentos o trabalho infantil figura como algo moralizante e pedagógico, a despeito da consciência de que constitui um crime. Por não verem legitimidade no Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas vezes encarado como algo rígido e impossível de ser implantado na prática, assim como difícil de ser fiscalizado. Ocorrências de trabalho infantil seriam mais comuns na zona rural, em famílias pobres, embora relatos apontem também sua existência em regiões centrais dos municípios, sem que isso configurasse desligamento da criança e do adolescente de seu núcleo familiar.

Os programas de assistência social são mencionados como de capacidade restrita no combate ao trabalho infantil, como é o caso de depoimentos da região Nordeste (Vila Rica), sobre os programas como o PET e o Bolsa Família. Isto porque, segundo alegam, a criança pode ganhar mais dinheiro por mês exercendo funções pouco qualificadas, como vendedores de picolé, engraxates, etc, do que o que é oferecido por estes programas. Ações do Ministério Público também são percebidas como inócuas, e mesmo que sejam recorrentes os termos de ajustamento de conduta com algumas sorveterias, aplicação de multas e até fechamento de estabelecimentos comerciais onde o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente - é desrespeitado, nada disto, todavia, parece evitar o trabalho infantil.

Situações envolvendo crimes nas relações de trabalho, precariedade e insalubridade de ambientes de trabalho e **trabalho escravo** foram escassamente mencionadas nas entrevistas e depoimentos dos grupos focais

de todas as regiões. Apenas nas cidades de Alta Floresta (região Norte) e Vera (região Centro Norte), foram reportados casos graves envolvendo denúncias de trabalho escravo. Na primeira delas há indícios de persistência de trabalho escravo nas mineradoras da região, onde homens e mulheres adultos, bem como jovens, trabalhariam para as mineradoras em troca apenas de alimentação básica. Já na cidade de Vera houve relatos apontando a existência de condições similares à escravidão, sobretudo, nas atividades de extração de madeira, sendo os principais responsáveis por este tipo de crime os donos das madeireiras, fazendeiros e mesmo pistoleiros, contratados para vigiar e coagir os trabalhadores.

Nas demais regiões há menções sobre a ocorrência de relações contratuais pouco favoráveis aos trabalhadores, tais como submissão dos mesmos a péssimas condições de moradia, como alojamentos improvisados, restrições e/ou descontos compulsórios com alimentação e higiene, não cumprimento na íntegra das leis trabalhistas, bem como ausência de fiscalização. É o caso, por exemplo, da região Sudeste (Rondonópolis), onde se constata que, embora não haja propriamente trabalho escravo, existem situações irregulares no trabalho em razão de práticas tradicionais mantidas por fazendeiros da região, tais como trabalhadores sem carteira assinada, migrantes de outras regiões atraídos por falsos salários, maus tratos e instalações inadequadas e eventualmente trabalho semelhante a escravo em algumas situações. Ao menos um comentário apresentou as próprias exigências do Ministério do Trabalho como responsáveis por caracterizar situações apenas precárias como indícios de trabalho escravo. De modo geral, nas demais regiões em que há menção a tais precariedades, as razões apontadas levam em conta questões culturais, baixa escolaridade presumida das vítimas destas ocorrências, dependência econômica, e como as principais vítimas, famílias em situação de vulnerabilidade social e trabalhadores de outras regiões, atraídos e/ou ludibriados por agenciadores, conhecidos como “gatos”.

Na região Leste (Barra do Garças), Sudeste (Rondonópolis) e Noroeste (Juara) houve comentários a respeito da coibição destes crimes por parte do poder público. Na região Leste, a prática seria tradicional na região e para coibi-la falta estrutura adequada para fiscalização, dada a ausência, na região,

de uma Delegacia Regional do Trabalho. Na região Sudeste (Rondonópolis), a atuação da Polícia Militar foi considerada ineficaz no combate ao trabalho supostamente escravo, ao passo que na região Noroeste (Juara), a Polícia Federal foi diretamente mencionada, no caso, positivamente, pelo seu empenho no combate a situações deste tipo.

Textuais

O causador é a necessidade, a família é pobre e coloca a criança para trabalhar porque não dá conta de sustentar. Quem vai para feira precisa de todo mundo junto trabalhando. Mas é melhor do que estar na rua. (Entrevista em profundidade, Noroeste, Aripuanã)

- Isto é uma questão familiar, porque tem famílias que estão muito desprevenidas. Isto tudo é falta de dinheiro na família.

-Tem criança trabalhando em lava-jato, vendendo picolé. Mas eu não sou contra isto, eu sou o quinto filho da minha mãe, que chegou a ter oito. Passando fome, eu nunca virei bandido porque eu trabalhei.

- A polícia não gosta de entrar no caso quando o assunto envolve o menor. Eles pedem para resolver no conselho tutelar.

- Tem o PET, tem o PBF, mas a mãe devolve porque diz que o filho vai trabalhar. A gente fica feliz quando vai para um pequeno aprendiz e fica triste quando tiram o filho do programa e colocam-no no sol para trabalhar. (Grupo focal, Nordeste, Confresa)

Mas não é muito jovem de quatorze, quinze e dezesseis anos, que trabalha porque quer aprender uma profissão, ajudar a família. Vai trabalhar em uma fazenda, porque quer ser tratorista, quer aprender a dirigir uma máquina, se tem bastante força de vontade não vai aprender a fazer isto com 20 anos. Essa parte de trabalho infantil está muito errada. Geralmente é com 12 a 17 anos que o menino entra nas drogas porque precisa do dinheiro que o pai não pode dar e que ele não pode conseguir trabalhando. Eu fui criado desde os seis, sete anos ajudando os meus pais. Às vezes o pai quer ensinar o trabalho para o filho para ele ser alguém na vida e não ode, porque a lei não permite. (Entrevista em profundidade, Leste, Barra do Garças)

5 - Crimes contra a vida, patrimônio e relacionados a drogas ilícitas.

Os crimes contra a vida, patrimônio e relacionados a drogas ilícitas foram mencionados como aqueles mais preocupantes em todas as regiões. No entanto, as razões para as ansiedades são distintas, a depender da constatação do tipo de crime predominante em cada realidade.

Na maior parte das regiões, como Noroeste (Juina), Norte (Alta Floresta), Nordeste (Vila Rica), Leste (Barra do Garças), Sudeste

(Rondonópolis), Noroeste (Juara) e Centro Norte (Sinop), o tráfico de drogas encontra-se em um estágio ainda preliminar. Nesta realidade, furtos – sem uso de armas ou com armas brancas (facas e canivetes) - praticados por adolescentes e jovens a residências – na ausência de seus donos - para a compra de droga, são os crimes mais típicos contra o patrimônio. Raramente ocorre latrocínio.

De modo geral, credita-se aos jovens de classes baixa e alta o envolvimento com o consumo de droga nos municípios. Já o crescimento do tráfico é explicado pela pobreza e particularmente pela ociosidade dos adolescentes de periferia. Como se o tráfico encontrasse na pobreza e na necessidade o ambiente propício para a sua proliferação, como uma doença social.

Deve-se registrar que no interior de cada uma destas regiões, a princípio tidas aqui como mais tranquilas, já é possível verificar uma expansão mais acentuada do tráfico em alguns municípios em particular. Em Água Boa, região Leste, de acordo com os entrevistados, o tráfico estaria em um patamar preliminar “de formiguinha”, já em Barra do Garças estaria começando a ocorrer uma “explosão da pasta de cocaína”. Assim, enquanto na região Leste, em Canarana, Torixoréu e Água Boa as preocupações recaem sobre os furtos em residências na ausência dos moradores em casa e outros incidentes sem a abordagem violenta de uso de armas, em Barra do Garças, já surgem menções sobre o uso armas em assaltos e latrocínio. A pasta base da cocaína, que preocupa o município de Barra do Garças, vem da região de Cáceres.

Ameaça também na região Centro Oeste (Diamantino), onde jovens organizados em gangues, em Nova Maringá, consomem e fazem o tráfico de droga (maconha e cocaína, especificamente). Eles ainda roubam e com frequência fazem uso de armas de fogo. O número de homicídios não chega a ser grande, mas a possibilidade de ocorrerem já assusta a população. Quando ocorrem, as mortes tendem a ser bárbaras e envolver adolescentes que freqüentam boca de fumo e gangues. O professor relata o caso de um estudante que foi morto na escola, tendo a sua língua cortada supostamente por ter delatado. Outro adolescente foi morto com 16 facadas. Crimes cometidos sempre por menores.

Constata-se em todas as regiões o crescimento do número de furtos e roubos por adolescentes pobres usuários de droga para pagarem o seu vício. Encorajados pela realidade que adolescentes infratores, uma vez pegos pelos policiais, não ficam presos por falta de estrutura adequada para os mesmos..

Obtivemos reclamações sobre o tratamento destinado pela justiça aos menores infratores, destacando a tendência de solta-los diante da falta de estrutura adequada para o aprisionamento. A recorrência de tal circunstância passa para a população das oito regiões – reitera-se - a sensação de inoperância do estado e vulnerabilidade da população.

Nas regiões Leste (Barra do Garças), Centro Oeste (Diamantino), Centro Norte (Sinop) e Oeste (Tangará da Serra) foram mencionados assaltos a fazendas com roubo de gado, defensivos agrícolas e de maquinários. Para se prevenir contra o roubo de defensivos agrícolas, os agricultores tem marcado o vasilhame com tinta. Acredita-se que os crimes sejam cometidos por pessoas que vem de outras regiões do estado, mas com informações de funcionários da fazenda ou de fornecedores.

Em Noroeste (Juina), Noroeste (Juara) e Oeste (Tangará da Serra) crimes contra a vida relacionados com o consumo de bebida despertam a preocupação dos participantes da pesquisa. Tais regiões recebem muitos trabalhadores que vem em busca de oportunidade na agricultura. Tais homens gastariam os seus finais de semanas na cidade, nos bares, bebendo. E brigas acompanhadas de homicídios seriam recorrentes em tais situações.

Sobre o desempenho do Estado nas diversas regiões, começando pela região Norte, destaca-se o esforço da polícia em reduzir o tráfico no município de Alta Floresta, onde 14 bocas de fumo haviam sido estouradas poucas semanas antes das entrevistas. Em Peixoto Azevedo, também surgiram depoimentos sobre o bom desempenho da PM, instituição que no passado teria tido vínculo com o tráfico de drogas. Elogios também são direcionados para a atuação das Polícias Civil e Militar na repressão ao tráfico e aos crimes contra a propriedade na região Nordeste (Vila Rica), onde a maconha advinda do Pará é comercializada.

Na região Sudeste (Rondonópolis) os participantes também sugeriram que o trabalho da Polícia Civil é eficaz na repressão a crimes contra vida, patrimônio e relacionados a drogas. Já quanto à Polícia Militar houve

comentários favoráveis à sua atuação na repressão ao pequeno traficante. No entanto, sinalizações negativas foram dirigidas à PM a respeito da dificuldade que encontra para tratar casos envolvendo grandes traficantes e sobre a real eficiência de suas ações para o desmantelamento de pequenas “bocas de fumo”, uma vez que estas retornam a ativa na seqüência da repressão policial. Por sua vez, a Polícia Federal aparece como ator importante no combate ao tráfico de drogas, assim como contrabando, ainda que sua atuação na região receba críticas quanto à ausência de maior integração com as polícias locais.

Na região Centro Oeste (Diamantino), as Polícias Militar e Civil são avaliadas como eficientes na elaboração da ocorrência, na identificação e prisão dos criminosos, no entanto, reclamam que logo, logo, eles estão soltos novamente, gerando a sensação de impunidade e deixando a população ainda mais temerosa, tal como já foi mencionado.

Na região Noroeste (Juara) a polícia tem estourado “bocas de fumo” e prendido traficantes maiores de idade. Nas entrevistas, houve ao menos uma referência positiva em relação à Polícia Militar da cidade de Juara, graças à atuação de um oficial que desenvolveu um trabalho mais sistemático contra as drogas. Nesta região, comercializa-se, sobretudo pasta base da cocaína, vinda de Rondônia e da Bolívia, por Vila Bela, os participantes relatam.

As outras regiões do estado vivem realidades distintas em relação ao crime contra o patrimônio, a vida e vinculados a drogas ilícitas. No Sudoeste, Oeste, Centro e Sul a presença deste crime é ainda mais intensa.

A região Sudoeste (Cáceres) é tida como uma das principais portas de entrada do tráfico da Bolívia, estando muito presente o crime do tipo tráfico de corredor. Situação semelhante é encontrada na região Oeste (Tangará da Serra).

Por fazer divisa com a Bolívia, o maior problema da região Sudoeste (Cáceres) é o tráfico de drogas e os crimes correlatos, que terminam por envolver furtos, roubos e homicídios, entre outros. O tráfico de drogas se faz presente na região a partir de duas diferentes dimensões: a) no modelo tráfico de transporte, seus municípios servem de distribuidores no Brasil para outros estados da droga boliviana, b) no modelo boca de fumo, tem-se a distribuição final no próprio município.

O tráfico desencadeia assim diferentes crimes. Decorrente do tráfico modalidade transporte tem-se a interceptação de veículos, que são furtados na região e fora dela e transportados para a Bolívia, onde são trocados por drogas. O mula – como é denominado o transportador do tráfico – pode receber até R\$1,5 mil do mandante que fica na Bolívia para levar o carro furtado e trazer a droga para as cidades de Porto Esperidião e Vila Bela Santíssima Trindade, por exemplo, e dali para outros estados e capitais do país. Estas cidades experimentam a típica realidade do tráfico modalidade transporte, em que os crimes ocorrem sem violência como os de lesão corporal, de homicídio ou de latrocínios. Assaltos com armas são mais presentes onde predomina o tráfico modalidade boca de fumo, quando o viciado ou o pequeno traficante furtam e roubam para sustentar o seu vício e quando ainda o dono da boca de fumo decide se vingar de algum mal pagador.

Acredita-se que alguns municípios da região tenham a sua economia fortemente vinculada ao tráfico. Neste caso, o envolvimento com tal negócio perpassaria todos os segmentos sociais. Adolescentes e jovens pobres serviriam de mulas ou se prostituiriam. Homens já maduros bem posicionados financeiramente seriam donos de fazenda que fariam fronteira entre os dois países, o que facilitaria o tráfico. Recentemente, um resultado de pesquisa teria deixado a população de Porto Esperidião incomodada. De acordo com a mesma, 80% da população da cidade viveriam do tráfico de drogas. Fato é que surgiram muitos depoimentos sobre como o tráfico se infiltrou nos assentamentos da cidade e como passou a ser um meio de sobrevivência para muitos naquela cidade.

Ao avaliarem a atuação do estado, participantes apontam que a Polícia Federal tem estado mais eficiente na repressão ao tráfico. Uma das ações da polícia para coibir a entrada de droga é o uso de barreiras fixas e móveis inclusive em vias pequenas de acessos privados – chamadas de cabriteiras.

Assim como acontece com a região Sudoeste (Cáceres), a região Oeste (Tangará da Serra) tem - como pano de fundo - municípios pobres e próximos da divisa com a Bolívia. Evidencia se que o tráfico recruta jovens e adolescentes pobres para a prática do crime para transportarem e comercializarem a droga ou para praticarem furtos que possam sustentar o sistema ilegal, além de incentivar o consumo entre os mesmos, claro.

Sinalizações negativas foram dirigidas à PM a respeito da dificuldade que encontra para tratar casos envolvendo grandes traficantes e sobre a real eficiência de suas ações. Ademais surgiram menções ao envolvimento da polícia com o tráfico de drogas na região.

Em Centro (Sorriso), o tráfico de droga aparece em estágio bastante avançado e estruturado. Os viciados em droga são de camadas sociais mais pobres e também de classe média. Na modalidade “tráfico de drogas”, a organização criminosa contaria até mesmo com fazendeiros e empresários, infiltrando-se inclusive em delegacias.

O tráfico de drogas aparece envolvido ainda com outros crimes como abuso sexual e prostituição de adolescentes, inclusive lançando mão do aliciamento de adolescentes e mulheres para o transporte de drogas de uma região à outra.

As principais vítimas apontadas são pessoas da classe média e a sociedade em geral, uma vez que as camadas mais altas podem se proteger melhor da violência pagando pela sua segurança. Quanto ao tipo de arma usada, predominam armas de fogo, mas também armas brancas, como facas e canivetes.

O poder público é lembrado através das ações do Conselho Tutelar e do Ministério Público, que encaminham para a Polícia denúncias sobre tráfico de droga, envolvendo crianças e adolescentes. Denúncias feitas pelas próprias mães ao Conselho Tutelar, uma vez que temem ir às delegacias e serem identificadas. A PM também foi mencionada de forma positiva, pelo fato de haver estourado várias “bocas de fumo” com sucesso. Sobre a Polícia Civil, os depoimentos são quase sempre negativos, apontando a ineficiência da corporação no combate ao tráfico, até por conta de relatos envolvendo suposta corrupção por parte de delegados e agentes da Polícia Civil. Queixas também quanto à insuficiência da estrutura prisional; ao atendimento prestado nas delegacias, como no registro de ocorrências; à qualidade das investigações, tidas como morosas e ineficientes na apuração dos crimes. Já o trabalho da Polícia Federal através da Polícia Rodoviária Federal no combate às drogas foi avaliado como de grande competência.

Por fim, na região Sul, em Cuiabá, o crime contra a propriedade é na grande maioria dos casos armado e o latrocínio não é uma exceção, algo raro

de acontecer. Assim como também ocorrem homicídios fruto da disputa de pontos de tráfico de drogas e decorrentes de conflitos entre gangues organizadas. A droga que movimenta o tráfico em Cuiabá vem da Bolívia. Houve ao menos duas citações sobre a conivência da Polícia Civil com o tráfico na região, aceitando propina do mesmo.

Em Poconé e Várzea Grande prevalece o tráfico de boca de fumo e a prática de furtos e roubos com armas de fogo, mas sem que se configure o latrocínio. Assim como homicídio decorrente de brigas ou crimes passionais ocorre em um número muito inexpressivo. Nestes municípios prevalece a pobreza, sendo o tráfico uma opção de sustento para jovens pobres sem estudo.

Textuais

O que temos é usuários de droga que fazem furtos, alguns roubos, são pessoas pobres, com uma média de idade de 25 anos. O tráfico ainda é de formiguinha. Utilizam-se de facas. Mas o que mais acontece são furtos, sem qualquer arma. (Entrevista em profundidade, Noroeste, Arupuanã)

- Porque há muito tempo, dois anos atrás - não tinha desemprego. Corria muito dinheiro aqui.
- É muita migração, vem pessoal, traficante, usuário. Eu tenho problema com funcionário de fazenda que é usuário de droga, você fica encabulada.
- Na zona rural, a escola serve de ponto de venda.
- O que mais se consome aqui é maconha, que vem do Pará.
- As pessoas ficam preocupadas porque está atrelado ao roubo.
- Não dá para culpar os guardas, eles até prendem, mas depois já estão soltos. (Grupo focal, Nordeste, Vila Rica)
- São jovens, ainda não profissionais, que roubam para a droga, com poucos homicídios.
- Roubam dinheiro, casas, quando os donos não estão. Roubam calçados e roupas no comércio. Tudo para consumir drogas.

- É muito complicado porque a polícia pega e logo tem que soltar porque não tem onde colocar os adolescentes aqui. Teria que mandá-los para Cuiabá. É muito complicado isto também. (Grupo de discussão, Noroeste, Aripuanã)

Então eu já fui assaltado por jovens de 15, 16 anos fortemente armado e simplesmente eu não fui dar queixa. Vou falar a realidade para vocês, que eu não vou mais dar queixa quando for assaltado por pessoas assim. Eu sei que esse jovem vai ser comunicado junto ao conselho tutelar e ele vai sair primeiro do que eu da delegacia. Porque eu tenho que registrar a minha queixa. Simplesmente eu já cansei de ir seis, sete, oito vezes na delegacia por assalto que teve numa das minhas empresas. E sinto muito falar, mas eu não mais dou parte. (Grupo focal, Centro Oeste, Diamantino)

Eu tenho um amigo que é policial e é lamentável a gente falar, mas ele me diz que tem um ladrãozinho desses que já foi pego mais de 10 vezes, mas é de menor e a lei favorece e ele continua solto e continua roubando. (Grupo focal, Centro Oeste, São José)

Na zona rural, roubaram aí acho que duzentos e tantas cabeças de gado só numa fazenda. Pegaram lá, renderam o empregado e carregaram os caminhões. (Entrevista, Centro Norte, Marcelândia)

- Eles estão se juntando em três ou quatro e vão para a área rural. Chegam lá, prendem o empregado, batem nele e ainda ameaçam que vão pegar o patrão deles. Porque agora sabe que o pessoal nas fazendas está desarmado. Os proprietários estão se reunindo para pagar a gasolina para a polícia fazer uma ronda na zona rural. Agora há de tudo, crime com gente daqui, com gente de fora. Neste caso, dois eram de Cuiabá e um era daqui. Então vem o bandido de lá e o daqui dá o direcionamento. As principais vítimas são os proprietários e os empregados. Uma vez amarraram o proprietário rural, mataram e jogaram ele no rio. (Grupo focal, Oeste, Tangará da Serra)

Nós tivemos há alguns anos atrás roubos enormes de máquinas agrícolas aqui, nós mesmos fomos vítima, e a gente nunca conseguiu recuperar. A gente gastou um monte em cima e a gente nunca conseguiu pista em nada para recuperar. Outros agricultores e empresários também passaram por isto, e sofremos ameaças e tudo isso, quando tentamos recuperar. Então teve um momento grave aí, vocês devem se lembrar bem o que foi essa situação de roubo de máquinas agrícolas. (Entrevista, Centro, Sorriso)

Explosão na pasta base de cocaína, que está sustentando as bocas. A droga vem de Cáceres. Com isto ainda o mais usual é o furto, mas já começa a ter assaltos a mão armada na cidade. Em 2010, eles foram três ou quatro, mas os assaltantes foram presos. (Entrevista em profundidade, Leste, Barra do Garças)

Todas as camadas utilizam-se do tráfico, alimentando-o. A menina de baixa renda se prostitui para consumir e dar dinheiro para os traficantes comprar mais. O menino de baixa renda vai praticar pequenos furtos com o mesmo objetivo. A sociedade faz de conta que não vê os filhos da classe média que estão consumindo também. (Entrevista em profundidade, Norte, Peixoto Azevedo)

- No início, um policial da PM que alimentou o tráfico aqui por quatro anos. Inclusive, droga era entregue até com carro da PM.

- Hoje não tem isto aqui entre as autoridades mais não. Tem policial que faz coisa errada, tem, mas não se sabe mais desta área, não. Peixoto foi moralizado de cinco anos para cá, com o comando.

- De seis meses para cá, o tráfico tem sido combatido arduamente. Não tem dia que não se escuta que foi estourada uma boca de um traficante. Foram estouradas umas 26 bocas de fumo, 26 traficantes presos. Agora o tráfico tem que ser combatido aqui, mas também nas portas de entrada. Tinha que ter uma união Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Força Nacional, para combater o crime. (Grupo focal, Norte, Peixoto Azevedo)

Noventa e cinco por cento dos furtos em São José de Quatro Marcos são praticados por traficantes que não conseguem sustentar o seu vício e praticam então os furtos. Há também os crimes praticados pelos traficantes que roubam caminhonetes para levar para a Bolívia para trocar por droga e para voltar para o Brasil e repassar para os demais estados. (Entrevista em profundidade, Sudoeste, São José de Quatro Marcos)

A droga está sendo alojada nos assentamentos, aproveitam a ausência de serviço público lá.

- Tem famílias no assentamento, dizendo que está impossível morar lá.

- Os assentados estão sendo muito utilizados como mulas.

- Ali tem certa liberdade, pois a polícia não está lá todo dia, é longe.

- Os principais fomentadores são organizações criminosas. Foi assinada uma pessoa muito querida na região tem aproximadamente cinco anos, foi morte encomendada.

A pessoa que matou ficou hospedada em uma casa no assentamento. A polícia descobriu quem matou, mas não descobriu quem encomendou. Ao saber que a polícia havia descoberto quem matou, a pessoa foi assassinada também, queima de arquivo. Tem uma facção organizada com participação de brasileiros e bolivianos.

- Porteira seca, é fácil passar, mais a facilidade da mula, vai lá e volta. A facilidade, mesmo.

- Virou um meio de o jovem ganhar dinheiro, onde ele vai trabalhar? (grupo focal, Sudoeste, Porto Esperidião)

Roubos, furtos já não existem mais. 80% dos que roubam tem de 18 a 22 anos, 90% estão envolvidos com entorpecentes para manter o vício. Usam arma de fogo, 32. Eles te pegam na rua, pedem seu dinheiro e celular, o resultado leva para a boca de fumo. É na rua, na saída do banco. (Entrevista em profundidade, Cuiabá)

Em cada final de semana, ocorre em média de seis a oito homicídios. Nós tivemos em menos de 24 horas, quatro homicídios, de segunda a terça mais ou menos; isso tudo decorrente de gangues e turmas rivais e drogas que seriam os dois pontos críticos. Homicídio na classe média alta é muito pouco, a maioria são

peças da periferia ou por briga de pontos de droga ou simplesmente por gangues. Geralmente eles formam grupos em determinados bairros, em que ali eles acham que é território deles. Um pessoal do outro bairro ou da outra rua ou de outra localidade não pode entrar ali; por questão de namoro de adolescente ou questão de freqüentar as festas e aí criam essa rivalidade entre eles então é só encontrar que começa a lutar. (Entrevista em profundidade, Sul, Cuiabá)

6 - Avaliação da Secretaria de Segurança Pública e das Polícias Civil, Militar e Federal

Secretaria de Segurança Pública

A percepção de entrevistados e participantes dos grupos focais, de todas as regiões do Estado do Mato Grosso, quanto à atuação da Secretaria de Segurança Pública, foi organizada de modo a contemplar tanto a avaliação ao longo do tempo (isto é, se houve avanços ou retrocessos), como também a avaliação da situação atual. Em relação ao último aspecto, da avaliação atual, esta se distribui em duas partes: quanto aos aspectos positivos (fortalezas) e quanto aos aspectos negativos (debilidades)

Procuramos agregar as diversas referências à atuação atual da Secretaria de Segurança Pública em alguns itens, visando facilitar a apreciação de cada um deles, levando-se em conta as regiões do Estado. Na totalidade, houve menção aos seguintes itens: a) Equipamentos e viaturas; b) Efetivo (policiais militares e civis, delegados, escrivães); c) Qualificação e capacitação dos quadros, bem como aspectos relativos à humanização dos agentes; d) Quantidade de delegacias; e) Situação da estrutura carcerária (presídios, agentes penitenciários); f) Remuneração de policiais e delegados; g) Presença de Defensoria Pública, Promotoria, Fóruns; h) Presença de unidades para menores infratores; i) Presença e atuação de órgãos fiscalizadores (tais como Ministério do Trabalho, IBAMA, SEMA, sempre que atuem em conjunto com outros órgãos da SEJUSP); j) Grau de integração entre as polícias civil e militar; k) Grau de eficácia das polícias (levando-se em conta atividades como investigação e agilidade nos processos, presença ou não de banco de dados sobre os crimes e criminosos, mas também questões relacionadas à corrupção), e finalmente, l) Integração com a Sociedade (tais como a presença ou não de conselhos de segurança pública, presença ou não de polícia

comunitária, etc.). Dentre todos os itens acima, procuraremos explorar aqueles mais ressaltados pelos entrevistados e participantes dos grupos focais.

Começando pela avaliação da atuação da ***SEJUSP ao longo do tempo***, verifica-se que, em geral, as referências têm sido mais positivas do que negativas, ainda que, levando-se em conta a situação atual, há debilidades e desafios a serem vencidos em várias frentes.

- ↪ Dentre os itens acima apontados, a percepção de melhorias em relação a ***equipamentos e aquisição de viaturas*** foi ressaltado nas regiões Noroeste (Juína), Norte (Alta Floresta), Leste (Barra do Garças) e Noroeste (Juara). Na região Centro (Sorriso), houve uma apreciação positiva também em relação à criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, que antes não havia.
- ↪ No quesito sobre ***efetivo e mais presença de policiais e delegados***, avaliações positivas foram percebidas na maioria destas regiões, com exceção da região Noroeste (Juína) e Noroeste (Juara), sendo que nesta última, na cidade de Porto dos Gaúchos, foi reportada a saída dos únicos três policiais civis do município.
- ↪ A ***qualificação e capacitação dos policiais, delegados e escrivães*** também esteve entre os itens que recebeu valorações positivas nas regiões Centro-Oeste (Diamantino), Noroeste (Juara) e Leste (Barra do Garças), sendo que nesta última também teve destaque a seriedade e compromisso do delegado e do comando da PM e maior proximidade com a população.
- ↪ Em relação à ***estrutura carcerária***, houve comentários positivos apenas na região Norte (Alta Floresta), onde se apontou a reforma das cadeias públicas de Colíder, Alta Floresta e Peixoto Azevedo.
- ↪ A melhor ***integração da SEJUSP com a sociedade***, graças à criação de conselhos de segurança, polícia comunitária e empenho na humanização dos policiais foi percebida apenas nas regiões Noroeste (Juara) e Leste (Barra do Garças), sendo que nesta última também foi tida como altamente positiva a redução de sinais de corrupção e assédio por parte dos policiais (como cobrança de propina à população).

- Não houve comentários alusivos à melhoria da **remuneração dos policiais civis e militares** em nenhuma região, assim como outros aspectos, tais como a presença de Fóruns, Defensoria Pública, atuação conjunta com órgãos fiscalizadores como IBAMA e SEMA e maior integração entre as polícias civil e militar.

Quanto à **avaliação da situação atual da SEJUSP**, dentre os itens acima:

- A situação de **equipamentos e viaturas** é considerada satisfatória e/ou positiva nas regiões Noroeste (Juína), Norte (Alta Floresta), Leste (Barra do Garças), Sudeste (Rondonópolis), Sul (Cuiabá), ao passo que foi vista como insuficiente ou precária em todas as demais regiões.
- A **quantidade de efetivo** foi considerada insuficiente em todas as regiões do Estado, sem exceção, e mesmo naquelas que, como visto acima, perceberam alguma melhoria neste item ao longo do tempo, a situação atual ainda é preocupante.
- Já a **qualificação e capacitação dos quadros**, bem como aspectos relativos à **humanização dos agentes**, foram entendidas como uma das fortalezas da SEJUSP nas regiões Leste (Barra do Garças), Noroeste (Juara) e Centro-norte (Sinop). Ainda nesta última região, apesar de representantes da cidade de Vera terem indicado uma melhora no processo de humanização dos policiais, nas demais cidades da região, a ausência de uma política de valorização de carreiras nas corporações e a opacidade dos processos de seleção de novos policiais receberam destaques negativos. Este mesmo item foi visto como um sinal de debilidade da SEJUSP, de forma mais destacada, nas regiões Nordeste (Vila Rica), Sudeste (Rondonópolis) e Centro-Oeste (Diamantino).
- A reduzida **quantidade de delegacias e postos policiais** foi diagnosticada de forma mais contundente na região Leste (Barra do Garças) e Sudeste (Rondonópolis), nesta última, sobretudo nas regiões de fronteira. Em todas as demais regiões, este item também vem associado com o reduzido número de efetivos, como policiais,

delegados, escrivães, etc. Em nenhuma região e/ou cidade este item mereceu destaque positivo.

- A situação da **estrutura carcerária, tais como presídios e presença de agentes penitenciários**, foi diagnosticada como sendo positiva apenas na região de Alta Floresta (inclusive por conta da construção do presídio de Sinop, considerada necessária para toda a região Norte do Estado). Mas ainda no município de Alta Floresta surgiram críticas ao que foi denominado de pseudo penitenciária de Alta Floresta, e ainda foi relatado que funcionários da prefeitura dão atendimento na delegacia, por necessidade de efetivo. Prevaecem, contudo, avaliações negativas, sendo que nas regiões Noroeste (Juína) e Leste (Barra do Garças) esta situação mereceu comentários mais extensos, sobretudo nesta última, onde a presença de uma unidade prisional no centro da cidade com um número tão reduzido de efetivo preocupa ainda mais algumas lideranças e autoridades locais.
- Embora em quase todos os comentários de entrevistados e membros dos grupos focais a questão da **baixa remuneração dos policiais e delegados** se misture com a avaliação do despreparo, falta de recursos e investimentos em geral, nas regiões Sudeste (Rondonópolis), Sul (Cuiabá) e Centro-Norte (Sinop) esta questão foi vista como dentre os itens mais preocupantes da SEJUSP no Estado. Não houve quaisquer comentários positivos a este respeito, em nenhuma região.
- Em geral, o item relativo à presença de **Defensoria Pública, Promotoria e Fóruns** apontam debilidades, como na região Leste (Barra do Garças), onde comentários foram feitos quanto ao fato dos juízes e promotores acumularem vários municípios e por vezes muito extensos e distantes uns dos outros em sua comarca, dificultando o trâmite de processos.

Ainda nesta região, mais precisamente no município de Água Boa, que divide a comarca com os municípios de Cocalinho e Nova Nazaré, houve ênfase quanto a um processo referente a acidente de tráfico com vítima fatal, ocorrido em 2006, que ainda tramita da delegacia para o Ministério Público e

vice-versa, por falta de uma denúncia criminal, até agora não se concluiu a investigação e apresentação de provas.

- Em todas as regiões – sem exceção -houve comentários alusivos à ausência de um **sistema de detenção e ressocialização específico para adolescentes**.
- Da mesma forma, poucos comentários foram feitos explicitamente quanto à atuação de uma **articulação entre a Secretaria de Segurança Pública e órgãos fiscalizadores, tais como o Ministério do Trabalho, IBAMA, SEMA**. Na região Nordeste (Vila Rica) este item foi considerado de forma negativa, uma vez que tais órgãos não estão presentes em muitos municípios da região, comprometendo o combate a crimes agrários, contra o meio ambiente e em relações de trabalho. No entanto as críticas sobre o desempenho do estado no combate do crime contra o meio ambiente - muito presente em todas as regiões – acusam a ausência da SEMA e do IBAMA nas investigações, em alguns casos indo além, mencionando o comprometimento ou a cumplicidade de seus agentes com o crime em troca de propinas.
- Na região Sudeste (Rondonópolis) houve referências explícitas à falta **de integração entre as polícias civil e militar**.
- Já o aspecto relativo ao **grau de eficácia das polícias, levando-se em conta atividades como investigação e agilidade nos processos**, presença ou não de banco de dados sobre os crimes e criminosos, bem como questões relacionadas à corrupção, houve comentários positivos, e de forma breve, apenas na região Leste (Barra do Garça), e mesmo assim ainda persistiriam casos de possível corrupção entre policiais.

Na região Noroeste (Juína), onde houve depoimentos favoráveis à atuação da Polícia Civil no combate a crimes contra o meio ambiente e garimpo na cidade de Colniza, e na redução da prostituição infantil na cidade de Castanheira. A maior parte das referências quanto a tais aspectos são negativos, como na região Sul (Cuiabá), que aponta a falta de bancos de dados informatizados sobre os criminosos e uma atenção desigual entre as regiões; nas regiões Centro (Sorriso) e Noroeste (Juara), nas quais se apontou a morosidade do conjunto da segurança pública e dos processos judiciais.

Por fim, ***a integração com a Sociedade, tais como a criação recente de conselhos de segurança pública, presença de polícia comunitária, palestras e debates com representantes da sociedade civil***, foi o item que, ao lado do aspecto referente à melhor qualificação dos policiais, recebeu mais avaliações positivas, sendo destaque em regiões como Leste (Barra do Garça), Sul (Cuiabá), Noroeste (Juara), Centro-Norte (Sinop), Oeste (Tangará da Serra)

Polícia Civil

Em todas as regiões pesquisadas, tanto avaliações positivas quanto negativas foram feitas quanto à atuação da Polícia Civil. Começando pelas fortalezas, a Polícia Civil foi bem conceituada na região Noroeste (Juína) por conta de sua atuação no combate a crimes contra o meio ambiente, garimpo ilegal e prostituição infantil; na região Leste (Barra do Garças), em razão da boa capacitação de seus quadros e da oferta de cursos de formação; na região Sudeste (Rondonópolis), pelo empenho em atuar em quase todos os tipos de crimes (desde abuso sexual, violência contra a mulher, crimes contra a vida e patrimônio e tráfico de drogas). Um aspecto interessante da atuação da Polícia Civil, apontado em geral tanto nos depoimentos quanto nos grupos focais, refere-se ao empenho pessoal de delegados e demais agentes da corporação, que agem muitas vezes à despeito das condições materiais precárias em termos de equipamentos para investigação e viaturas. Foi o caso das regiões Sudeste (Rondonópolis), Sul (Cuiabá), Centro (Sorriso) e Noroeste (Juara), onde os delegados destas respectivas cidades-sede ou de alguns municípios foram reconhecidos como eficientes.

Os aspectos negativos sobre a Polícia Civil, todavia, são mais numerosos do que suas fortalezas em itens tais como o reduzido número de efetivo, delegados e escrivães, precariedade de infra-estrutura, ausência de equipamentos adequados para investigação, recursos técnicos e estrutura operacional. Tais itens foram destaque nas regiões Noroeste (Juína), Sudeste (Rondonópolis), Sul (Cuiabá), Sudoeste (Cáceres), Oeste (Tangará da Serra), Centro-Oeste (Diamantino), Centro (Sorriso) e Noroeste (Juara). Casos específicos foram mencionados na região Noroeste (Juína), como a falta de

atenção da Polícia Civil a crimes relacionados à violência contra a mulher; na região Sudeste (Rondonópolis), onde haveria dificuldade em se apurar crimes envolvendo pessoas com alto poder econômico, bem como em sua demora na apuração de crimes contra o patrimônio na zona rural e, por fim, na região Centro (Sorriso), onde até mesmo casos de campanhas da prefeitura pedindo à população recursos para equipar a Polícia Civil foram mencionados.

Dentre os principais avanços, ressalta-se a melhor capacitação de delegados e escrivães, em razão da existência de concursos públicos e exigência de nível superior para o preenchimento de cargos (ainda que, em algumas regiões, e de forma residual, haja referências quanto à opacidade deste processo), e, talvez até mesmo em função desta boa qualificação, o empenho pessoal de delegados na apuração de crimes. Não foram registrados retrocessos, apenas casos de mal desempenho, falta de recursos, em suma, os itens negativos acima.

Polícia Militar

Dentre os entrevistados e participantes dos grupos focais, a percepção da atuação da Polícia Militar também oscilou entre aspectos positivos e negativos, embora, tenha sido um pouco diferente com relação à avaliação do trabalho da Polícia Civil. Em geral a PM foi melhor considerada quanto ao desempenho e à presença ostensiva nos municípios de várias regiões.

Começando pelas fortalezas da corporação, destaques para: a) sua maior proximidade com a comunidade, b) a realização de parceria com outras instituições, como Conselho Tutelar e Polícia Civil (em ações de combate a prostituição infantil, abuso sexual de menores e adolescentes, violência contra a mulher, bem como repressão ao tráfico de drogas), e c) orientação mais focada na prevenção do que na repressão, com a presença de policiamento ostensivo, merecera destaque nas regiões Norte (Alta Floresta), Sul (Cuiabá), Centro (Sorriso) e Noroeste (Juara), Oeste (Tangará da Serra) e Sudeste (Rondonópolis). Nesta última região, as rondas mensais da PM em prostíbulos da cidade de Alto Araguaia, feitas em comum acordo com o Conselho Tutelar e a Polícia Civil foram muito elogiadas.

Dando continuidade à listagem dos aspectos positivos tem-se: d) o comprometimento dos policiais com o próprio trabalho, às boas intenções dos

policiais, bem como melhor prestação e acompanhamento de casos, como foi visto nas regiões Leste (Barra do Garça), Sul (Cuiabá), Centro (Sorriso), Noroeste (Juara), Centro-Norte (Sinop) e Sudeste (Rondonópolis); e o aumento de efetivo, de recursos e viaturas foi visto como outra fortaleza da PM nas regiões Leste (Barra do Garça), Centro-Oeste (Diamantino), Centro (Sorriso), Noroeste (Juara) e Centro-Norte (Sinop).

Já em relação às debilidades da Polícia Militar, as principais queixas referem-se à insuficiência de efetivo, viaturas e equipamentos adequados, falta de investimento do Estado, sobretudo em cidades que sentiram um rápido crescimento populacional nos últimos anos, e que não tiveram aumento expressivo de policiais que acompanhasse este ritmo. Tais aspectos foram mencionados nas regiões Leste (Barra do Garça), Sudeste (Rondonópolis), Sudoeste (Cáceres), Centro (Sorriso) e Noroeste (Juara), sendo que nestas duas últimas regiões, além dos itens acima apontados, houve referências, respectivamente, quanto à instabilidade do efetivo, com muitas mudanças de comando, e a dificuldade de acesso da PM a certas regiões mais afastadas, tornadas “antros” de criminalidade generalizada.

Situações envolvendo corrupção policial, atuação extremamente repressiva e/ou truculenta, bem como despreparo de policiais, também foram mencionadas em algumas regiões, notadamente nas regiões Leste (Barra do Garça), Sudeste (Rondonópolis), Sul (Cuiabá), Centro-Oeste (Diamantino), Centro (Sorriso) e Noroeste (Juara).

Em geral, as referências quanto aos avanços recebidos pela Polícia Militar equivalem também aos pontos positivos abordados acima, e de forma semelhante ao que ocorre quanto à Polícia Civil, não houve referências quanto a retrocessos.

Polícia Federal

Já o conhecimento quanto à atuação da Polícia Federal, diferentemente do que ocorre com as Polícias Civil e Militar, não é generalizado entre as diversas regiões do Estado, sendo que em várias delas participantes não souberam elaborar sobre a corporação referências, fossem positivas, fossem negativas. Além disso, os comentários existentes foram mais sintéticos em relação à atuação da PF. Dentre as fortalezas da corporação, destacam-se o

bom desempenho no combate a crimes contra o meio ambiente, tais como extração ilegal de madeira, conflitos agrários, tráfico de drogas e contrabando, tal como citado nas regiões Noroeste (Juína), Centro-Oeste (Diamantino), Centro (Sorriso), Noroeste (Juara), Sudeste (Rondonópolis), Sul (Cuiabá), Oeste (Tangará da Serra) e Centro Norte (Sinop). Outra fortaleza geralmente citada sobre a Polícia Federal é quanto ao bom preparo, qualificação e remuneração de seus agentes, assim como dispor de melhor aparato de inteligência e infra-estrutura para suas operações, sendo que tal percepção é geral em quase todos os comentários positivos existentes.

Em relação às debilidades da Polícia Federal, foram apontados os seguintes itens, relacionados por região: a ausência de atuação nos municípios e falta de integração entre as polícias (Sudeste/Rondonópolis); a frequência de operações muito pontuais, quando o ideal seria um trabalho ininterrupto (Sudoeste/Cáceres); a falta de atividade constante de controle e restrição de entrada de drogas na região da fronteira (Centro Oeste/Diamantino); o distanciamento com relação à sociedade, incluindo de outras forças policiais (Noroeste/Juara); a situações de truculência e desconfiança com que se refere à população em geral, bem como de abuso de autoridade ou exibicionismo para com a imprensa (Noroeste/Juara e Centro Norte/Sinop).

De forma semelhante às polícias Civil e Militar, também em relação à Polícia Federal não houve menções quanto a supostos avanços ou retrocessos em sua atuação.

Textuais

Eu acredito que o estado já vem sim nesses anos investindo na segurança tanto no aparelhamento quanto na parte humana, com mais policiais e mais tanto militares quanto civis, apesar de estar muito aquém do necessário. (Entrevista em profundidade, Norte, Colider)

Melhorou. Quando eu cheguei, quando eu fui delegado de polícia, no ano de 2001, eu posso falar com bastante propriedade, comparando 2001 e 2010, um período de mais de nove anos, eu vejo que a segurança pública no estado melhorou. Não sei se pelo aumento do efetivo, eu não sei a qual fator seria atribuída esta melhora, mas na minha concepção houve uma melhora, sim, na área de segurança pública no Estado do Mato Grosso. (Entrevista, Centro, Sorriso)

Há projetos de ampliação, tem concurso para delegado e PM em andamento, isto é positivo. Há relatos que há projetos de construção de cadeias públicas de

padrão de acordo a legislação. Por exemplo, toda comarca tem que ter uma cadeia pública.

(Entrevista, Centro, Tapurah)

Hoje é mais amiga da população. Anos atrás a população tinha medo das autoridades, dos policiais, hoje há mais convívio com a comunidade, a polícia participa de festa como amigo. (Entrevista em profundidade, Leste, Alto Garças)

São três policiais para um município de 20 mil habitantes (São José dos Quatro Marcos) e com uma área rural extensa. (Entrevista em profundidade, Sudoeste, São José dos Quatro Marcos)

A reforma da cadeia de Araputanga custou aproximadamente R\$200 mil, com dinheiro da população, sem recursos do governo. É uma cadeia modelo que recebe até presos de Cáceres. Com São José de Quatro Marcos está acontecendo a mesma coisa, reforma da cadeia com dinheiro arrecadado pela população. (Entrevista em profundidade, Sudoeste, São José dos Quatro Marcos)

É preciso aparelhar melhor as delegacias. Cuiabá tem uma delegacia de homicídio que atende Cuiabá e ainda Várzea Grande. Uma delegacia de homicídio para uma capital como Cuiabá é muito pouco. Então se tira depoimentos, se tira confissões. Essa semana mesmo pra você ter um exemplo, desde o dia 8 de abril, estão presas duas pessoas por homicídio (...) que eles confirmaram ter participado do homicídio que eles não fizeram. No depoimento deles na polícia eles reconheceram que estavam armados, teria que confessar que tinham uma arma porque a vítima estava no Pronto Socorro com uma bala alojada na cabeça. Foi feita o exame de necropsia, a pessoa morreu e não teve tiro nenhum, a pessoa simplesmente morreu com uma pedrada na cabeça, traumatismo por um objeto contundente. Foi perguntado a ele: E a arma? Falou: Ah doutor eu tinha que falar; apanhei o tempo todo lá, quebrou uma costela minha. Quer dizer é desse jeito que a polícia atua, infelizmente. (Entrevista em profundidade, Sul Cuiabá)

A estrutura - armamento, colete a prova de bala para dar mais segurança, locação - aqui é ruim, já o delegado é muito atuante, estudioso, aplicado, o que nos dá segurança porque é uma pessoa qualificada. Agora ele está vindo apenas vez por semana, pois foi enviado para Lucas. O problema é que se ele não está aqui para gerir a equipe, não funciona da mesma maneira. Por isso precisava ter um delegado em cada município. O nosso delegado hoje fica em três municípios (Entrevista, Centro, Tapurah)

Ninguém promove segurança pública. A Civil apenas cuida do que a Militar traz, a PM prende em flagrante e leva para a Civil. Mas a Civil não faz um trabalho investigativo, o que caberia ela a fazer. Um boletim de ocorrência sem flagrante se torna apenas mais um número. (...) Falta uma política, com estabelecimento de prioridades, questões como de quadros e recursos, tem que ser prioridade. "As vezes, aqui entre um réu e sai e eu não sei quem ele é. Os acusados hoje em dia sabem disto, dão nomes falsos. Se fizer a identificação nos presídios 30% da clientela está com o nome falso. Não se consegue fazer um banco de dados com os criminosos fichados deste país." (Entrevista em profundidade, Sul, Cuiabá)

Haveria de fazer uma melhor separação regional, porque quem trabalha no interior sente muito mais a falta de estrutura do que na capital. Eu trabalhei em Alta Floresta e lá tinha cinco ou oito municípios na comarca de Alta Floresta, e, praticamente, tinha um batalhão com menos de 40, 50 pessoas. Em São José do Rio Claro, existia um destacamento com um sargento e dois soldados, nem viatura havia naquela época. Na época que eu entrei no (órgão do sistema de segurança), na delegacia quem atendia telefonema era preso. O motor de arranque da polícia civil não funcionava, tinha que trazer um preso de bom comportamento no banco detrás pra empurrar o carro, pra dar tranco, então andava sempre com um preso atrás pra empurrar. (Entrevista em profundidade, Sul, Cuiabá)

Má remuneração, com o salário que eles tem, é uma situação de pensar duas vezes antes de sair de casa, colocar uma arma na cintura e ir fechar um bar sem alvará ou fazer um flagrante. Digo para PM e para a Polícia Civil. (Entrevista em profundidade, Sul, Poconé)

Quando a gente não tinha delegado aqui na cidade, o índice que criminalidade era alto, veio o delegado, ele caiu, e agora o delegado foi embora, está voltando a subir. Agora vem roubo, vem maconha, a gente tem apenas um investigador de polícia agora. O delegado colocava ordem. O delegado saiu porque os empresários pediram para transferir ele daqui. Porque ele estava agindo certo e prejudicou algumas pessoas da sociedade, que foi direto no secretário, que tirou ele daqui.

(grupo focal, Centro Norte, Marcelândia)

A população em geral e principalmente os trabalhadores, então, eu acho que há um abuso muito grande. O comandante aparentemente é uma pessoa muito boa, excelente, gosto demais do cara, agora por parte dos policiais em si há um abuso muito grande. São trabalhadores, talvez por falta de um bom preparo (...) são até truculentos, mas isso aí eu não sei se já é orientação do próprio comando, eu creio que não. O efetivo é mínimo aqui também, eles se esforçam e tudo, mas não dão conta do recado, não.

(Entrevista, Centro Norte, Marcelândia)

Existe um excesso de poder, um exibicionismo de força que eu acho desnecessário porque... A senhora me falou de trabalho sobre segurança, devia ser feito um trabalho de conscientização da população nos direitos do cidadão, nos deveres do cidadão, então, chegam e tomam conta de tudo abruptamente. Eu acho que poderia ser bem diferente o modo de agir.

(Entrevista, Centro Norte, Marcelândia)

7 - Conclusões

Ao final deste estudo podemos verificar que o crime contra a propriedade, a vida e vinculado a drogas ilícitas é aquele que hoje mais preocupa a população do estado do Mato Grosso, seja pelo estágio que já se encontra em algumas regiões, seja pela sua ameaça com a recente expansão. Desta forma, se o desafio da Secretaria de Segurança do Estado no passado recente era a pistolagem, agora é o tráfico.

A seguir, temos uma síntese dos principais achados apresentados neste relatório:

Os **crimes agrários** são mais recorrentes e preocupam mais a população em geral nas regiões Noroeste (Juína), Noroeste (Juara) e (Centro Norte) Sinop. Nestas regiões os conflitos agrários envolvem disputas armadas por terras devolutas entre posseiros, grileiros, fazendeiros e madeireiros, motivados ainda pela forte presença da prática de extração de madeira ilegal. O conflito está mais presente nos municípios de Colniza, Castanheira e Juara. Em algumas regiões como Vila Rica (Nordeste) e Alta Floresta (Norte), a despeito de serem fronteira agrícola muito novas, tal crime já vem sendo reduzido.

Sobre os **crimes ambientais**, tem-se com mais frequência a extração vegetal, acompanhada de queimada como a prática mais constante, dado o próprio sistema de ocupação das terras. Mas registra-se também pesca predatória (Nordeste – Vila Rica, Leste – Barra do Garças, Sudeste –

Rondonópolis, entre outras, como vimos), caça e tráfico de animais silvestres (Noroeste Juara, Centro Norte Sinop, entre outras), uso abusivo de agrotóxico (Centro – Sorriso), garimpo ilegal (Leste – Barra do Garças, Sudeste – Rondonópolis, entre outras).

Os crimes contra o meio ambiente tendem a não gerar a violência contra as pessoas. Os principais causadores dos crimes contra o meio ambiente são os fazendeiros e madeiros e aqueles que ainda exploram o garimpo. Atuação do estado é avaliada de maneira predominantemente negativa, sendo reiterada várias vezes, as fragiliades da SEMA e do IBAMA enquanto órgãos fiscalizadores.

A **violência contra a mulher** ocorre em todo o estado. Os principais agressores são maridos, companheiros ou namorados das vítimas, no caso, predominantemente mulheres. Não utilizam armas de fogo, em sua maioria. As vítimas (e, indiretamente, os próprios agressores) são na maior parte das vezes de famílias pobres.

Dentre os motivos alegados, figuram as dificuldades financeiras do lar; a dependência econômica da mulher em relação ao homem (que termina por recobri-lo de poder e dominação sobre ela); situações de alcoolismo e embriaguez; consumo de drogas ilícitas; desavenças provocadas por ciúmes; término de relacionamentos; o próprio perfil violento dos criminosos, assim como indicações de uma espécie de ciclo vicioso, no qual o agressor de hoje já fora vítima de violência quando criança ou assistira sua mãe, irmãs e irmãos serem subjulgados por pais ou padastros; por fim, pelo aspecto cultural mais amplo de enraizamento do machismo e do estereótipo de valentia masculina.

Também o **abuso sexual de crianças e adolescentes** está presente em todas as regiões do Estado. Ocorre, sobretudo, em ambiente doméstico, tendo como principais causadores pais, padrastos, tios, primos, irmãos, vizinhos ou alguém com bastante carisma e confiança entre as crianças e adolescentes, predominantemente meninas, ainda que não exclusivamente. Vítimas e agressores tendem estar imersos em situação pobreza; baixa escolaridade; podendo ter como agravante a cultura de alta mobilidade e desestrutura familiar, no caso, baseada em migrações inter-regionais de trabalhadores sem qualificação como para o garimpo e o trabalho na colheita da agricultura. A detecção do crime é facilitada pelo acesso da criança à

escola, onde professores acabam percebendo e relatando casos suspeitos ao Conselho Tutelar.

Casos de abuso sexual em famílias de classe média não seriam incomuns, mas tendem a ser antes acobertados ou resolvidos sem o recurso à denúncia policial e abertura de inquérito. Os agressores podem ser profissionais liberais de classe média, e nestes casos o limite entre a pedofilia e abuso sexual e prostituição são mais tênues. Nos crimes de natureza sexual, o uso de armas de fogo é extremamente raro, porque o processo é marcado pela sedução, coação e/ou ameaça psicológica.

Na região Noroeste (Juína), uma das regiões de maior percepção de tal crime, participantes relataram que dificilmente as famílias da vítima fazem a denúncia, sendo mais usual professoras atentarem para o comportamento das crianças e adolescentes e, em havendo suspeita, iniciarem um processo de investigação mediante conversa com a possível vítima ou o acionamento do Conselho Tutelar. Percepções semelhantes foram registradas nas regiões Leste (Barra do Garças) e Centro-Oeste (Diamantino). No caso de Barra do Garça, reuniões entre Poder Judiciário, Ministério Público e professores tem sido feitas no sentido de sensibilizar os últimos acerca do comportamento de seus alunos. Já para participantes da região Centro-Oeste (Diamantino), nem sempre as escolas estão preparadas para levar adiante o apoio material e psicológico necessário às vítimas e às famílias.

Da mesma forma que crimes de abuso sexual, casos envolvendo **prostituição infantil e de adolescentes** foram mencionados em todas as regiões. A vítima típica deste crime é criança e adolescente pobre, do sexo feminino, miserável e de famílias desestruturadas, cuja falta de perspectiva de vida serve como justificativa para vender seu corpo. Há também situações nas quais a miséria não é tão grave, mas o desejo por produtos como celulares, roupas de marcas, e outros itens cria condições para a prostituição precoce.

Os clientes são na maior parte trabalhadores em trânsito (como caminhoneiros, trabalhadores sazonais, trabalhadores de garimpo) e homens da sociedade, em geral casados, de distintas classes sociais. A prática tende a excluir a figura do agenciador. Assim, a figura do “cafetão” ou de intermediários ligados a casas de prostituição é apontada de forma reduzida, como em Confresa, da região Nordeste (Vila Rica), com uma rua inteira de prostíbulos

com exploração também de menores. Neste último caso, a presença de meninas de regiões do Norte do país é garantida através do empenho de agenciadores, responsáveis por este transporte. Outro agente recorrente é o dono de bar, que tem uma mesa de sinuca na frente do estabelecimento, a venda de bebidas e ainda quartos nos fundos, onde se prostituem inclusive adolescentes.

Em Peixoto de Azevedo, destaca-se o alto índice de exploração sexual de menores, em decorrência de três fatores principais: a) da herança deixada pela prática do garimpo no município; b) da localização geográfica do município, à beira de uma rodovia e c) da presença de atividades ligadas ao turismo. Em outras cidades próximas a rodovias e/ou vivendo do turismo houve relatos apontando a existência de prostituição infantil.

Há dificuldades de se denunciar, investigar e punir este tipo de crime, sobretudo se houver entre os “clientes”, pessoas de prestígio e até mesmo autoridades locais, o que não é incomum. Na região Nordeste (Vila Rica), por esta razão, a atuação do Estado no combate à exploração foi tida como ineficiente, embora o Ministério Público tenha conhecimento de tal realidade e faça denúncias recorrentes. O despreparado dos policiais e a ausência de equipes de apoio às vítimas também foi percebida na cidade de Sinop.

Bom desempenho na região Leste (Barra do Garças), onde Ministério Público, Conselho Tutelar e as polícias civil e militar fecharam dois estabelecimentos e reprimiram até mesmo uma rede de tráfico de mulheres para a Europa, dentre elas, várias adolescentes. Ainda nesta região, a defensoria pública promove debates e leva conscientização contra os crimes de prostituição infantil e de adolescentes e consumo de droga. Também na região Sudeste (Rondonópolis), as polícias Civil e Militar atuam contra casos de exploração sexual mediante denúncias formalizadas.

Situações envolvendo **trabalho infantil** estão dispersas em regiões do Estado, embora em algumas delas sequer houvesse menção a tais ocorrências, e pouco preocupam a população em geral. O trabalho infantil é avaliado como decorrente de aspectos financeiros (quando se faz necessário que os filhos contribuam com o orçamento doméstico) e culturais (aposta na crença que o valor do trabalho e a capacitação para o mesmo se aprende desde cedo). Assim, em alguns depoimentos o trabalho infantil figura como

algo moralizante e pedagógico, a despeito da consciência de que constitui um crime. Ocorrências seriam mais comuns na zona rural, em famílias pobres, mas também em regiões centrais dos municípios.

Os ***crimes nas relações de trabalho***, precariedade e insalubridade de ambientes de trabalho e trabalho escravo foram escassamente mencionados nas entrevistas e depoimentos dos grupos focais de todas as regiões. Apenas nas cidades de Alta Floresta (região Norte) e Vera (região Centro Norte), foram reportados casos graves envolvendo denúncias de trabalho escravo. Na primeira delas há indícios de persistência de trabalho escravo nas mineradoras da região, em troca apenas de alimentação básica. Já na cidade de Vera houve relatos apontando a existência de condições similares à escravidão, sobretudo, nas atividades de extração de madeira.

Nas demais regiões há menções sobre a ocorrência de relações contratuais pouco favoráveis aos trabalhadores, tais como submissão dos mesmos a péssimas condições de moradia, como alojamentos improvisados, restrições e/ou descontos compulsórios com alimentação e higiene, não cumprimento na íntegra das leis trabalhistas, bem como ausência de fiscalização. É o caso, por exemplo, da região Sudeste (Rondonópolis), onde se encontram trabalhadores sem carteira assinada, migrantes de outras regiões atraídos por falsos salários, maus tratos e instalações inadequadas e eventualmente trabalho semelhante a escravo em algumas situações.

As razões apontadas para o crime levam em conta questões culturais, baixa escolaridade presumida das vítimas destas ocorrências, dependência econômica, e como as principais vítimas, famílias em situação de vulnerabilidade social e trabalhadores de outras regiões, atraídos e/ou ludibriados por agenciadores, conhecidos como “gatos”.

Os ***crimes contra a vida, patrimônio e relacionados a drogas ilícitas*** foram mencionados como aqueles mais preocupantes em todas as regiões. Em algumas regiões do estado – Noroeste (Juina), Norte (Alta Floresta), Nordeste (Vila Rica), Leste (Barra do Garças), Sudeste (Rondonópolis), Centro Oeste (Diamantino), Noroeste (Juara), Centro Norte (Sinop) - o tráfico de drogas encontra-se em um estágio ainda preliminar. Nesta realidade, furtos – sem uso de armas ou com armas brancas (facas e canivetes) - praticados por adolescentes e jovens a residências – na ausência de seus donos - para a

compra de droga, são os crimes mais típicos contra o patrimônio. Raramente ocorre latrocínio.

Constata-se em todas as regiões o crescimento do número de furtos e roubos por adolescentes pobres usuários de droga. Neste sentido, nas oito regiões em foco, obtivemos reclamações sobre o tratamento destinado pela justiça aos menores infratores, destacando a tendência de solta-los diante da falta de estrutura adequada para o aprisionamento. A recorrência de tal situação passa para a população das oito regiões – reitera-se - a sensação de inoperância do estado e vulnerabilidade da população.

Nas regiões Leste (Barra do Garças), Centro Oeste (Diamantino), Centro Norte (Sinop) e Oeste (Tangará da Serra) foram mencionados assaltos a fazendas com roubo de gado, defensivos agrícolas e de maquinários.

Em Noroeste (Juina), Noroeste (Juara) e Oeste (Tangará da Serra), trabalhadores rurais gastam os seus finais de semanas na cidade, nos bares, bebendo, e brigas acompanhadas de homicídios seriam recorrentes em tais situações.

No Sudoeste, Oeste, Centro e Sul a presença do crime contra o patrimônio, a vida e vinculados a drogas ilícitas é ainda mais intensa.

A região Sudoeste (Cáceres) é tida como uma das principais portas de entrada do tráfico da Bolívia, estando muito presente o crime do tipo tráfico de corredor. Por fazer divisa com a Bolívia, o maior problema da região Sudoeste (Cáceres) é o tráfico de drogas e os crimes correlatos, que terminam por envolver furtos, roubos e homicídios, entre outros. O tráfico de drogas se faz presente na região a partir de duas diferentes dimensões: a) no modelo tráfico de transporte, seus municípios servem de distribuidores no Brasil para outros estados da droga boliviana, b) no modelo boca de fumo, tem-se a distribuição final no próprio município.

O tráfico desencadeia assim diferentes crimes. Decorrente do tráfico modalidade transporte tem-se a interceptação de veículos, que são furtados na região e fora dela e transportados para a Bolívia, onde são trocados por drogas. Acredita-se que alguns municípios da região tenham a sua economia fortemente vinculada ao tráfico. Neste caso, o envolvimento com tal negócio perpassaria todos os segmentos sociais. Adolescentes e jovens pobres serviriam de mulas ou se prostituíam. Homens já maduros bem posicionados

financeiramente seriam donos de fazenda que fariam fronteira entre os dois países, o que facilitaria o tráfico. Surgiram muitos depoimentos sobre como o tráfico se infiltrou nos assentamentos da cidade e como passou a ser um meio de sobrevivência para muitos naquela cidade.

Assim como acontece com a região Sudoeste (Cáceres), a região Oeste (Tangará da Serra) tem - como pano de fundo - municípios pobres e relativamente próximos da divisa com a Bolívia. Evidencia-se que o tráfico recruta jovens e adolescentes pobres para a prática do crime para transportarem e comercializarem a droga ou para praticarem furtos que possam sustentar o sistema ilegal, além de incentivar o consumo entre os mesmos, claro.

Em Centro (Sorriso), o tráfico de droga aparece em estágio bastante avançado e estruturado. Os viciados em droga são de camadas sociais mais pobres e também de classe média. Na modalidade “tráfico de drogas”, a organização criminosa contaria até mesmo com fazendeiros e empresários, infiltrando-se inclusive em delegacias.

O tráfico de drogas aparece envolvido ainda com outros crimes como abuso sexual e prostituição de adolescentes, inclusive lançando mão do aliciamento de adolescentes e mulheres para o transporte de drogas de uma região à outra.

Por fim, na região Sul, em Cuiabá, o crime contra a propriedade é na grande maioria dos casos armado e o latrocínio não é uma exceção, algo raro de acontecer. Assim como também ocorrem homicídios fruto da disputa de pontos de tráfico de drogas e decorrentes de conflitos entre gangues organizadas. A droga que movimenta o tráfico em Cuiabá vem da Bolívia.

Sobre a avaliação do desempenho da Secretaria de Segurança, destaca-se o quadro síntese abaixo. Os três fatores grifados em vermelho correspondem àqueles que mais foram mencionados espontaneamente pelos participantes da pesquisa e que mais receberam avaliações negativas, portanto, devem ser vistos como debilidades a serem superadas. Já os sinalizados em verde, foram os fatores mais mencionados espontaneamente pelos participantes da pesquisa e que mais receberam avaliações positivas, devendo ser tidos como conquistas ou fortalezas desta Secretaria. Em laranja,

tem-se aqueles aspectos em que a Secretaria já vem investindo, mas que demandam ainda mais atenção.

Quadro 02 – Síntese Avaliação da Secretaria de Segurança

Variáveis	Noroeste (Juína)	Nordeste (Vila Rica)	Norte (Alta Floresta)	Leste (Barra do Garças)	Sudeste (Rondonópolis)	Sul (Cuiabá)	Sudoeste (Cáceres)	Oeste (Tangará da Serra)	Centro Oeste (Diamantino)	Noroeste (Juara)	Centro (Soriso)	Centro Norte (Sinop)
Equipamentos e viaturas	P/T, S/P	I	P/T, S/P	P/T, S/P	S/P	S/P	I	I	I	P/T	P/T	I
Efetivo (policiais militares e civis, delegados, escrivães)	I	P/T, I	P/T, I	P/T, I	P/T, I	P/T, I	P/T, I	P/T, I	P/T, I	I	P/T, I	P/T, I
Qualificação e capacitação dos quadros, bem como aspectos relativos à humanização dos agentes		I		P/T, S/P	I				P/T, I	P/T, S/P		S/P
Quantidade de delegacias	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Situação da estrutura carcerária (presídios, agentes penitenciários)	I	I	P/T, S/P, I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Remuneração de policiais e delegados;						I	I					I
Presença de Defensoria Pública, Promotoria, Fóruns				I			I					
Presença de unidades para menores infratores	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
Presença e atuação de órgãos fiscalizadores		I										
Grau de integração entre as polícias civil e militar					I							
Grau de eficácia das polícias				S/P, I		I				S/P, I	I	
Integração com a Sociedade				P/T, S/P		S/P		S/P		P/T, S/P		S/P

P/T – Positiva ao longo do tempo, S/P – Satisfatório/Positivo, I – Insatisfatório

Fonte: Coleção das entrevistas em profundidade e grupos de discussão do presente projeto.